DIÁLOGO GLOBAL

13.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia com Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre
Breno Bringel
Carolina Vestena
Vitória Gonzalez

Rumo ao XX Congresso Mundial da ISA
Sari Hanafi
Anahí Viladrich
Geoffrey Pleyers
Rosana Pinheiro-Machado
Tatiana Vargas-Maia

Transições pluriversas e socioecológicas
Maristella Svampa
Alberto Acosta
Enrique Viale
Breno Bringel
Miriam Lang
Raphael Hoetmer
Carmen Aliaga
Liliana Buitrago
Vandana Shiva
Mónica Chuji
Grimaldo Rengifo
Eduardo Gudynas
Lesley Le Grange
Christelle Terreblanche
Cormac Cullinan

Perspectivas teóricas
José Maurício Domingues

Seção aberta

- **Os desafios da ciência aberta**
- **Um conceito do Sul para múltiplas sociologias**
- **A sociologia latino-americana e a crise da civilização contemporânea**
- **Brasil fraturado**
- **Irã: isso não é um protesto, isso é uma revolução**

REVISTA

International Sociological Association

VOLUME 13 / EDIÇÃO 1 / ABRIL 2023
https://globaldialogue.isa-sociology.org/

GD

> Editorial

É com grande prazer que dou as boas-vindas a todos vocês nesta primeira edição de 2023, a primeira de nossa nova equipe editorial na *Diálogo Global*. No final de 2022, fiquei emocionado ao ouvir de Eloísa Martín, Vice-Presidente de Publicações da ISA, sobre a minha nomeação como novo editor. A equipe editorial anterior, liderada por Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre, garantiu uma transição suave. Gostaria de agradecer a eles e a seus editores assistentes Raphael Deindl, Johanna Grubner, Walid Ibrahim e Christine Schickert por seu apoio e trabalho fantástico nos últimos anos. Os professores Aulenbacher e Dörre permanecerão envolvidos, juntamente com o editor fundador Michael Burawoy, como editores consultores. Sem dúvida, isso será crucial para combinar o histórico contínuo do projeto com as mudanças necessárias.

Nossa editora-gerente Lola Busuttil, que trabalha com a *Diálogo Global* desde o início, tem sido a melhor garantia para uma transição segura. Seu apoio é fundamental ao lado de August Bagà, Toffa Evans e da grande e dedicada equipe de editores regionais.

A *Diálogo Global* tem crescido de forma impressionante desde o seu lançamento em 2010. Começou como uma *Newsletter* com um formato artesanal e um escopo relativamente limitado. Em pouco mais de dez anos, tornou-se uma Revista publicada em mais de uma dúzia de idiomas, com um número impressionante de colaboradores em todo o mundo, possibilitando que sociólogos de todas as regiões do mundo aprendessem mais sobre outras realidades, resultados de pesquisas e preocupações sobre o mundo contemporâneo.

Esse trabalho significativo precisa ser consolidado e ampliado. Identificamos três desafios principais para o desenvolvimento da *Diálogo Global* nos próximos anos: construir a sociologia pública e global a partir da ISA, mas também além da ISA, reorganizar e fornecer estabilidade às seções editoriais do *Diálogo Global* e redefinir as estratégias de comunicação e disseminação.

Tenho muitas ideias para cada um desses desafios, mas antes de implementá-los, quero ouvir de vocês. Para este fim, entre agora e o XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Melbourne, em junho próximo, abrirei um amplo diálogo dentro da comunidade da ISA, com a ajuda de minhas editoras assistentes Carolina Vestena e Vitória Gonzalez. Ambas são jovens cientistas sociais globais brilhantes com experiência editorial e um amplo compromisso com a sociologia pública. Carolina está baseada em Kassel, Alemanha, e Vitória, no Rio de Janeiro, Brasil.

Esta edição começa com uma entrevista com os ex-editores Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre, na qual eles explicam como traduzem a sociologia pública em suas agendas de pesquisa, falam sobre seus desafios como editores da Diálogo Global e suas perspectivas para avançar uma sociologia global.

A primeira seção reúne diferentes textos com um olho no próximo Congresso da ISA na Austrália. Sari Hanafi apresenta alguns de seus temas centrais e Anahí Viladrich reflete sobre o atual momento de transição entre os formatos online e presencial. Geoffrey Pleyers, por sua vez, discute alguns dos principais desafios que a sociologia global enfrenta hoje e o papel da ISA em abordá-los. Rosana Pinheiro-Machado e Tatiana Vargas-Maia retomam um dos temas centrais do Congresso, o autoritarismo contemporâneo, explorando por que precisamos de um novo marco teórico para estudar a extrema direita contemporânea.

A segunda seção procura dar visibilidade a um esforço coletivo global inicialmente organizado por Ashish Kothari, Ariel Salleh, Arturo Escobar, Federico Demaria e Alberto Acosta: o dicionário de pós-desenvolvimento *Pluriverso*. Entre a emocionante coleção de peças, decidimos publicar pequenos textos de proeminentes ativistas e intelectuais refletindo o potencial para um diálogo global sobre temas como alternativas ao desenvolvimento (Vandana Shiva), bem-viver (Mónica Chuji, Grimaldo Rengifo e Eduardo Gudynas), Ubuntu (Lesley Le Grange), ecofeminismo (Christelle Terreblanche) e os direitos da natureza (Cormac Cullinan). Além disso, os membros do Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul (Maristella Svampa, Alberto Acosta, Enrique Viale, Miriam Lang, Raphael Hoetmer, Carmen Aliaga, Liliana Buitrago e eu) assinam um texto sobre a geopolítica das transições ecossociais, questionando como as transições ecológicas hegemônicas dos atores dominantes no Norte podem estar moldando um novo tipo de extrativismo verde, que agrava a dívida ecológica, potencializa o colonialismo verde e expande as zonas de sacrifício no Sul Global. Alternativas a esse cenário também são o foco central desta discussão e da seção.

Na seção teórica, José Maurício Domingues questiona se o mundo pós-pandemia levou ao surgimento de uma nova fase da modernidade. Sua análise histórica e sociológica de algumas tendências no desenvolvimento do Estado, da economia e das políticas sociais nos ajuda a ir além das interpretações precipitadas decorrentes da pandemia.

Finalmente, a Seção Aberta reúne três artigos que apresentam diferentes desafios para a sociologia contemporânea. Fernanda Beigel discute como as ciências sociais enfrentam os imperativos da ciência aberta para publicizar os resultados e o processo de pesquisa científica. Mahmoud Dhaouadi reivindica um conceito do Sul para múltiplas sociologias. E os membros da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) traçam um diagnóstico da crise civilizacional contemporânea e do papel da sociologia nesta região. Mais dois textos abordam especificamente a realidade brasileira e iraniana. No primeiro, Elísio Estanque e Agnaldo de Sousa Barbosa argumentam que é necessária uma interpretação além do curto prazo para entender a polarização atual do Brasil. O segundo texto, publicado sob um pseudônimo para proteger a vida de seu autor, oferece uma análise das recentes mobilizações no Irã. Não podemos normalizar essas situações nem podemos permanecer em silêncio diante do autoritarismo desenfreado. A *Diálogo Global* continuará comprometida com uma análise sociológica rigorosa, ao mesmo tempo em que se posiciona contra as injustiças globais! Defendemos um internacionalismo renovado! ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

> *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em site.

> As submissões devem ser enviadas para globaldialogue.isa@gmail.com.

> Equipe editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes: Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultores: Michael Burawoy, Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:
Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalon, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo Árabe: *(Tunisia)* Mounir Saidani, Fatima Radhouani; *(Lebanon)* Sari Hanafi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Bijoy Krishna Banik, Abdur Rashid, Sarker Sohel Rana, Md. Shahidul Islam, Helal Uddin, Masudur Rahman, Yasmin Sultana, Ruma Parvin, Sharmin Akter Shapla, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana, Farheen Akter Bhuian, Khadiza Khatun, Aysha Siddique Humaira, Arifur Rahaman, Istiaq Nur Muhit, Md. Shahin Aktar.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, Ricardo Visser, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia Rashmi Jain, Rakesh Rana, Manish Yadav, Pragya Sharma.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sayyed Muhamad Mutallebi, Elham Shushtarizade.

Cazaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

Polônia: Aleksandra Biernacka, Joanna Bednarek, Anna Turner, Marta Blaszczynska, Urszula Jarecka.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Bianca Mihăilă, Diana Moga, Luiza Nistor, Ruxandra Păduraru, Maria Vlăsceanu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yu-Wen Liao, Po-Shung Hong, Yi-Shuo Huang, Chien-Ying Chien, Zhi Hao Kerk, Mark Yi-wei Lai, Yun-Jou Lin, Yun-Hsuan Chou.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.

Nesta entrevista ***Brigitte Aulenbacher*** *e* ***Klaus Dörre*** *destacam alguns desafios para a sociologia pública e global, e como estes dois conceitos atuam em suas agenda de pesquisa e na Diálogo Global.*

A seção dedicada ao ***Congresso Mundial de Sociologia da ISA*** *oferece reflexões sobre alguns temas centrais do evento, como os desafios das conferências híbridas e presenciais, a renovação da sociologia global e da* Diálogo Global*, além do crescimento da extrema-direita.*

A secção temática sobre ***transições pluriversais e socioecológicas*** *explora alguns conceitos centrais, tais como Bem Viver, desenvolvimento, ecofeminismos, Pactos Verdes, direitos da natureza e Ubuntu.*

Crédito pela fotografia da capa: Pixabay.

A *Diálogo Global* é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications.**

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Desafios para a sociologia pública e global: uma entrevista com Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre
por Breno Bringel, Brasil/Espanha; Carolina Vestena, Alemanha; e Vitória Gonzalez, Brasil 5

> RUMO AO XX CONGRESSO MUNDIAL DA ISA

Bem-vindo ao XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Melbourne
por Sari Hanafi, Líbano 8

Reavivando conferências presenciais em um mundo (quase) pós-pandêmico
por Anahí Viladrich, EUA 11

Sociologia global como um diálogo global renovado
por Geoffrey Pleyers, Bélgica 13

Por que precisamos de uma nova estrutura para estudar a extrema direita no Sul Global
por Rosana Pinheiro-Machado, Irlanda; Tatiana Vargas-Maia, Brasil 16

> TRANSIÇÕES PLURIVERSAS E SOCIOECOLÓGICAS

Pactos verdes e a geopolítica das transições ecossociais
por Maristella Svampa, Enrique Viale, Argentina; Alberto Acosta, Miriam Lang, Equador; Breno Bringel, Brasil/Espanha; Raphael Hoetmer, Peru; Carmen Aliaga, Bolívia; e Liliana Buitrago, Venezuela 19

Desenvolvimento para o 1%
por Vandana Shiva, Índia 23

"Buen vivir": genealogia e horizontes
por Mónica Chuji, Equador; Grimaldo Rengifo, Peru; e Eduardo Gudynas, Uruguai 25

Ubuntu: um conceito justo e empoderador e uma maneira de viver
por Lesley Le Grange, África do Sul 27

Mapeando debates ecofeministas
por Christelle Terreblanche, África do Sul 29

Direitos da natureza e jurisprudência da Terra
por Cormac Cullinan, África do Sul 31

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Tendências pós-pandêmicas e as fases da modernidade
por José Maurício Domingues, Brasil 33

> SEÇÃO ABERTA

(Re)Abrindo as ciências sociais: os desafios da ciência aberta
por Fernanda Beigel, Argentina 36

Um conceito do Sul para múltiplas sociologias
por Mahmoud Dhaouadi, Tunísia 39

A sociologia latino-americana e a crise da civilização contemporânea
por Associação Latino-Americana de Sociologia 40

Brasil fraturado
por Elísio Estanque, Portugal; Agnaldo de Sousa Barbosa, Brasil 42

Irã: isso não é um protesto, isso é uma revolução
por Vozes Iranianas, Irã 44

"Com uma maior polarização hierárquica na sociedade, vivemos numa época em que o debate público razoável é muitas vezes impossível"

Sari Hanafi

>Desafios
para a sociologia pública e global
Uma entrevista com Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre

por **Breno Bringel**, novo editor da *Diálogo Global*, e **Carolina Vestena** e **Vitória Gonzalez**, editoras assistentes da *Diálogo Global*

Brigitte Aulenbacher. Credito: Arquivo pessoal.

Klaus Dörre. Credito: Arquivo pessoal.

Editores da Diálogo Global (EDG): Como vocês transpõem o conceito de sociologia pública para suas agendas de pesquisa, tendo em mente tanto suas redes de pesquisa locais quanto seus engajamentos internacionais dentro da ISA?

Brigitte Aulenbacher (BA): A sociologia pública é um conceito que permite a disseminação do conhecimento científico e estimula o discurso entre públicos acadêmicos e não acadêmicos, inspirando o trabalho sociológico ao retomar discussões de diferentes campos sociais. Conforme o termo cunhado por Michael Burawoy, trata-se de um conceito abrangente para descrever o engajamento de sociólogos disponibilizando seu conhecimento científico (sociologia pública "tradicional") ou engajando-se em iniciativas que emergem da sociedade civil (sociologia pública "orgânica"). Como socióloga crítica, trabalho em uma agenda dupla que combina a teoria da sociedade, em particular, a análise do capitalismo contemporâneo a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, com a investigação empírica da transformação do trabalho, da ocupação, do cuidado e da ciência – abrangendo fenômenos como digitalização, trabalho doméstico e assistência domiciliar a idosos, cuidados residenciais ou a mercadorização das universidades. Se tomarmos a segunda era da globalização (desde a década de 1990) como um ponto de inflexão, estamos assistindo a uma transformação do capitalismo que culmina em crises econômicas, ecológicas, sociais e políticas e suscita muitos protestos.

Do meu ponto de vista, esse desenvolvimento é causado pelo que chamo de descuido estrutural da economia capitalista. Enraizada na ideia moderna eurocêntrica e androcêntrica do homem e do progresso científico-tecnológico que se esforça para dominar tanto a natureza humana quanto a não humana, e de competição e crescimento, a economia capitalista se distancia das necessidades ecológicas e sociais ao negligenciá-las, subordiná-las ou valorizá-las por seu modo de produção baseado na acumulação, no lucro e no mercado. Isso acompanha o domínio nas relações de gênero, raça e classe. Os efeitos destrutivos, vistos no amplo escopo das mudanças climáticas e aumento da pobreza e das desigualdades, bem como as reações políticas, como a mudança autoritária em todo o mundo, são óbvios. Na Áustria, redescobrimos as obras

»

clássicas modernas de Karl Polanyi e fundamos a Sociedade Internacional Karl Polanyi fazendo uso de sua compreensão da história do capitalismo de mercado como resultado de um "duplo movimento": o "movimento" da destrutiva mercadorização fundamentalista da natureza, do trabalho, do dinheiro e, podemos acrescentar, do cuidado, do conhecimento e de outras "mercadorias fictícias"; juntamente com "contramovimentos", por exemplo, movimentos trabalhistas e sociais representados por sindicatos, *Fridays for Future*, iniciativas de cuidado e muitos outros, lutando contra os efeitos desastrosos do capitalismo de mercado neoliberal. A sociologia pública em minhas redes locais e internacionais e nas seções da *Diálogo Global* que analisam a transformação do capitalismo, do trabalho e da ocupação, do cuidado e da ciência sob o neoliberalismo está focada na teoria sociológica, mas também em recomendações práticas ou políticas.

Em nossa disciplina, há considerável falta de acordo sobre se e como a sociologia deve se tornar pública: a disciplina deve observar, analisar e descrever o desenvolvimento social ou deve interferir? Como a sociologia faz parte da sociedade que estuda, não existe um ponto de vista privilegiado que nos permita dizer às pessoas o que devem fazer – seja no que diz respeito às suas reflexões e análises sobre os desenvolvimentos contemporâneos, seja no que diz respeito às suas atividades. Mas os sociólogos podem fornecer conhecimento científico e estimular debates e, como pesquisadores, podem fazer parte de alianças de diferentes atores negociando perspectivas futuras e formas de salvaguardar e sustentar meios de subsistência. Nas minhas áreas de pesquisa, existem muitas colaborações com museus, instituições de educação pública (*Volkshochschulen*), igrejas, sindicatos e muitos outros. Reunindo artigos de todo o mundo, a *Diálogo Global* é interessante para discussões locais e internacionais.

Klaus Dörre (KD): No meu caso, conheci o conceito de sociologia pública de Michael Burawoy durante uma conferência SWOP em Joanesburgo em 2012. Até então, ele era quase desconhecido na sociologia de língua alemã. Fiquei imediatamente eletrizado porque, durante o debate com o Grupo de Sociologia Pública em Joanesburgo, percebi que era uma abordagem que poderia fundamentar conceitualmente a pesquisa de forma inovadora, como minha equipe já estava fazendo até certo ponto. Tentei – com Brigitte Aulenbacher e outros – trazer o debate sobre sociologia pública para o mundo até então um tanto ignorante da sociologia de língua alemã. Fomos bem-sucedidos, embora as reservas dentro dos setores da disciplina ainda sejam significativas. Em Jena, o conceito de sociologia pública tornou-se um padrão. Isso também se aplica ao meu próprio grupo de pesquisa, que, por exemplo, estuda as relações de trabalho e os sindicatos no sentido de sociologia pública orgânica.

Minha experiência atual mais significativa com a sociologia pública orgânica é baseada em uma estreita colaboração com a ala esquerda do movimento climático. Inspirado pela fundação do *Students for Future* com 1.500 participantes na cidade alemã de Leipzig, escrevi o livro *Die Utopie des Sozialismus: Kompass für eine Nachhaltigkeitsrevolution* (A utopia do socialismo: bússola para uma revolução de sustentabilidade), que está sendo amplamente discutido dentro dos movimentos climáticos. Junto com esses alunos, iniciei o projeto "Renovando a política socialista a partir de baixo". Estamos estudando casos que estão implementando com sucesso a política socialista emancipatória local ou regionalmente e, em alguns casos, contra a tendência predominante – e, sempre que possível, em todo o mundo. Além de grupos de trabalho na Alemanha, já existem interessados no Brasil, Argentina, Chile, França, Grécia, Itália, Portugal e alguns outros países. Queremos expandir a rede e, se possível, estendê-la a todos os continentes. O plano é reunir os estudos de caso empíricos em uma investigação nos moldes de *A miséria do mundo*, de Pierre Bourdieu – embora estejamos interessados em descobrir abordagens que contribuam para a superação da miséria do mundo. Estamos particularmente interessados em novas formas coletivas de propriedade e interações entre a luta de classes e o conflito social ecológico. Convidamos todas as partes interessadas a cooperar.

EDG: Quais são os desafios mais importantes que vocês enfrentaram em seu trabalho como editores da* Diálogo Global *quando se trata de promover a agenda da revista e divulgá-la globalmente?

BA: Embora nossa equipe editorial principal tenha sido fortemente interconectada internacionalmente, isso por si só não teria sido suficiente para cobrir as sociologias de tantos países. Existem pelo menos três desafios. Primeiro, as hegemonias, hierarquias e relações de poder dentro da disciplina privilegiam as sociologias do Norte Global e do Ocidente em termos de disseminação, reconhecimento e influência. Se jovens estudiosos das equipes editoriais regionais ou de fora delas se inscrevessem para organizar um foco em um país ou seção, como a "Falando de Sociologia" da Diálogo Global, eles frequentemente argumentavam que há resultados sociológicos importantes em suas respectivas sociologias nacionais que nunca alcançaram o debate internacional. Em segundo lugar, o forte apoio dos presidentes da ISA, bem como do Comitê Executivo como editores consultores, tornou possível apresentar a sociologia global. Em suas viagens, Margaret Abraham e Sari Hanafi convidaram colegas de diferentes países para fazer contribuições, ou colegas do Comitê Executivo organizaram diferentes enfoques nacionais. Terceiro, há mais uma lacuna na produção de conhecimento, e é a mais difícil de lidar: há muita pesquisa em desenvolvimento no Sul Global e no Oriente da perspectiva do Norte Global e Ocidente, mas menos o contrário. É um desafio adquirir peças nesta última perspectiva.

KD: Na minha opinião, um problema central é a estreiteza provinciana que ainda caracteriza a sociologia de língua alemã e, em vários graus, a sociologia européia (ocidental). Nós sofremos as consequências de pesquisarmos dentro dos limites do capitalismo social da Europa Ocidental há muito desgastado. Para mim, não é fácil se desfazer dessa mentalidade estreita. Isso ficou cada vez mais claro para mim nas colaborações entre a *Diálogo Global* e a rede do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). A acusação de eurocentrismo foi repetidamente ouvida – muitas vezes com razão. Isso dificulta o intercâmbio sociológico global. No entanto, existem pontos de vista europeus que também são perfeitamente legítimos sociologicamente em escala global. Por exemplo, quando sugeri dedicar uma edição especial da *Diálogo Global* à guerra na Ucrânia, fui recebido com ceticismo e rejeição. Tal ceticismo é equivocado: o argumento de que as mais de vinte guerras que estão ocorrendo simultaneamente em todo o mundo não recebem a mesma atenção, apesar do alto número de baixas, é compreensível, mas analiticamente errado. A guerra pela Ucrânia é uma guerra por uma nova ordem mundial, que inclui o perigo de um confronto entre potências nucleares. É uma guerra global em suas consequências, tornando necessário reviver o conceito de "exterminismo", cunhado por E.P. Thompson, e preenchê-lo com novos conteúdos. Exterminismo refere-se a mecanismos de economias, ordens políticas e ideologias que atuam como um impulso em uma direção cujo resultado é inevitavelmente o extermínio de grandes massas de pessoas. A guerra na Ucrânia catalisa o "exterminismo duplo", nas palavras de John Bellamy Foster. Mesmo que a guerra nuclear possa ser evitada, o armamento acelerado e a continuação dos modos de produção extrativistas aumentam dramaticamente o risco de ecocídio.

EDG: Uma pergunta final para ambos: Ao pensar na agenda para o futuro, quais perspectivas da sociologia global são, em sua opinião, as mais importantes a serem abordadas? Vamos inverter a ordem e começar com você, Klaus.

KD: Os perigos do duplo exterminismo também tocam a sociologia como disciplina, incluindo a *Diálogo Global*. Devemos nos perguntar o que podemos fazer com os meios e métodos da sociologia para tornar possível o que o mundo precisa urgentemente: uma revolução de sustentabilidade social e ecológica. Devemos superar a relação instrumental com a natureza não humana e outros seres vivos que existe desde a Revolução Neolítica. Isso só será possível em sociedades muito mais igualitárias e democráticas do que a sociedade atual sob o capitalismo contemporâneo. Se tal transformação falhar, um novo autoritarismo de "salve-se quem puder!" emerge. A emergência desse novo autoritarismo, ou mesmo do fascismo, é muito mais provável do que uma saída progressiva de nossa metacrise econômico-ecológica. Devemos colocar o problema da transformação com muito mais força no centro do intercâmbio sociológico global. Por exemplo, sabemos desde o primeiro relatório do Clube de Roma que o mundo caminha para um "abismo" devido ao aquecimento global e à exploração dos recursos. Por que, apesar disso, ainda é preciso fazer mais 50 anos depois, e apenas a não sustentabilidade tem sido sustentável? Como isso pode ser mudado? Que tipo de sociedade é necessária para apoiar uma revolução da sustentabilidade? Neste contexto, devemos ser claros: a sustentabilidade é, de acordo com o injustamente esquecido sociólogo alemão Karl Hermann Tjaden, a antítese da violência. A violência encontra sua expressão nas guerras e nas relações de gênero, na relação entre grupos étnicos ou na exploração de classe.

A sustentabilidade revolucionária também exige que nós, sociólogos, repensemos nosso papel na sociedade. Não só precisamos sair de nossa torre de marfim, como sugerido por Michael Burawoy anos atrás, mas também devemos considerar como reorientar a sociologia pública. Em seu novo livro, Karl von Holdt propõe o "engajamento crítico" como uma variante emancipatória da sociologia pública que não se esquiva de abordar criticamente o mainstream profissional da disciplina que se contenta em manter o status quo. Esta abordagem frutífera que merece um debate mundial é recebida com entusiasmo pelos estudantes porque uma sociologia pública que também pode ser de "direita" é muito vaga para eles. O fato de alunos comprometidos pensarem dessa forma, apesar de todas as restrições de carreira, é um sinal de esperança para mim.

BA: Há dois aspectos que gostaria de mencionar. Primeiro, do meu ponto de vista, há um potencial considerável nas colaborações entre a sociologia e as artes. A nova vertente da pesquisa artística e as contribuições dos artistas para o debate sobre o desenvolvimento contemporâneo e futuro da sociedade são notáveis. Nossa equipe editorial iniciou algumas colaborações solicitando uma reportagem fotográfica, fotos, imagens e pesquisa de arte. No entanto, muito mais é possível e pode abrir novas formas de alcançar públicos acadêmicos e não acadêmicos, combinando sociologia e artes em nível local e global. Em segundo lugar, a *Diálogo Global* pode estimular o discurso reunindo análises e diagnósticos do desenvolvimento social contemporâneo de diferentes linhas de pesquisa em todo o mundo. No entanto, os passos que precisam ser dados ou incentivados são redes internacionais de pesquisa que dão espaço às perspectivas de diferentes sociologias e países e à busca de visões comuns sobre o desenvolvimento da sociedade e soluções para as questões mais prementes de nosso tempo. Do meu ponto de vista, a sociologia pública – o desenvolvimento de estratégias de disseminação, bem como colaborações com diferentes partes interessadas nos vários campos – deve ser parte integrante de tal agenda de pesquisa e redes de pesquisa. ■

Contato com:
Brigitte Aulenbacher <Brigitte.Aulenbacher@jku.at>
Klaus Dörre <klaus.doerre@uni-jena.de>

> Bem-vindo ao XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Melbourne

por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano, e presidente da ISA (2018-23)

Finalmente nos encontraremos pessoalmente. Ao, enfim, decidir sobre a data para este XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA, muitas perguntas permaneceram: deve ser online, híbrido ou presencial? Quem não pode participar? Quem ainda tem medo de se aproximar demais dos outros? Após quase três anos de reuniões *on-line* devido à pandemia de COVID-19, este grande evento presencial surge como um momento histórico.

Previmos diferentes cenários, mas por enquanto o resultado é mais animador, com 7.126 resumos submetidos. Dois terços deles estão previstos para serem apresentados pessoalmente e o outro terço virtualmente. Os coordenadores do programa fizeram um ótimo trabalho avaliando as submissões e aceitando 6.408 resumos de 124 países. Em comparação com o Congresso Mundial anterior em Toronto (2018), o número de resumos aceitos aumentou 19%. Convidamos todos aqueles que foram aceitos desta vez a se inscreverem antes de 22 de março de 2023, que é o prazo para a inscrição dos apresentadores.

O programa do Congresso tem sido objeto de muitas reuniões do Comitê de Programa, que é composto por nossos quatro vice-presidentes (Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Geoffrey Pleyers e Sawako Shirahase), o chefe do Comitê Organizador Local (Dan Woodman), quatro membros do Comitê Coordenador de Pesquisa (Hiroshi Ishida, Allison Loconto, Susan McDaniel e Nazanin Shahrokni), outros quatro do Comitê de Ligação das Associações Nacionais (Elina Oinas, Bandana Purkayastha, Celi Scalon e Borut Rončević), nosso membro convidado, Armando Salvatore, e eu. O Comitê Organizador Local, liderado por Dan Woodman, tem realizado um tremendo trabalho logístico. Quero agradecer a todos pelo grande trabalho que tem sido feito. Reunimos um programa maravilhoso, com a maioria dos palestrantes planejando participar pessoalmente. Deixe-me compartilhar alguns destaques.

Quando escolhemos o tema para este Congresso Mundial da ISA, *Autoritarismo ressurgente: sociologia dos novos entrelaçamentos entre religiões, política e economias*, o autoritarismo não havia se tornado tão difundido quanto é agora, inclusive no Norte Global. Seu crescimento foi facilitado pelo "espessamento simbólico" gradual da cultura pública através de combinações de extremo fervor nacionalista e religioso, principalmente quando um projeto conservador nacional substitui o projeto político liberal, e a razão pública se torna incapaz de lidar com uma concepção unificada de justiça ou diferentes concepções do bem na sociedade. Com uma polarização mais hierárquica na sociedade, vivemos em uma época em que o debate público razoável é muitas vezes impossível. Estes são tempos demagógicos animados pela vertiginosa ascensão do populismo e muitos níveis de incompreensão entre o religioso e o secular, em nossos estudos acadêmicos e na mídia, em sua relação com a política, a economia e a cultura. A religiosidade está aumentando na maioria das regiões, e o secularismo se tornou, em alguns países, uma religião cívica se estabelecendo contra outras religiões, particularmente das populações oriundas da migração.

Painéis presidenciais e plenárias

Dentro desse referencial teórico, concebemos um programa com dois painéis presidenciais interessados em conectar a sociologia à filosofia moral e política.

No primeiro, intitulado "Liberalismo, o outro e a religião", dois filósofos e dois sociólogos debatem esse tema. A filósofa francesa Cécile Laborde defende o secularismo mínimo, enquanto o filósofo palestino Azmi Bishara argumenta que o liberalismo abrangente pode ser promovido se seus valores básicos, como liberdades civis e autonomia individual, forem reprodutíveis no contexto da cultura predominante. Para o sociólogo brasileiro-belga Frédéric Vandenberghe, as críticas sociológicas às injustiças sociais e às patologias sociais aderem ao repertório do "comunitarismo liberal": ora se inclina mais para o polo comunitário da identidade e da autenticidade e, às vezes, para o polo liberal da autonomia e da justiça. Finalmente, para a socióloga australiana Anna Halafoff, o papel da religião é permitir e resistir ao terror anticosmopolita manifestado na ascensão do nacionalismo religioso.

O segundo painel é "Construindo um mundo pós-COVID-19 justo." A atmosfera surreal da pandemia de COVID-19 expôs linhas de falha na confiança entre seres humanos, países, cidadãos e governos. Isso nos levou a levantar grandes questões sobre nós mesmos, nossos relacionamentos sociais e a vida

»

em geral. Este momento de crise pode ser uma ocasião para abordar ativamente essa nova realidade e a incerteza desenfreada que a acompanha. Embora sua crise global possa ter provocado novas estratégias para reforçar a exploração, a espoliação e o capitalismo neoliberal, e aumentado o alcance de nossa ganância e egoísmo, também nos permitiu explorar e fornecer novas maneiras de entender e recuperar nossa humanidade e justiça social. Didier Fassin aponta as lições não aprendidas da pandemia, com foco na saúde pública e nas desigualdades sociais. Para ele, a crise sanitária revelou as falhas da saúde pública na maioria dos países e a profundidade das desigualdades sociais dentro e entre os países. Eva Illouz está interessada no medo, como revela a emoção antidemocrática pós-COVID. Enquanto isso, Afe Adogame, com sua sensibilidade ganense, desvenda o nexo entre religião, ciência e pandemias que se desenrola de inúmeras maneiras. Enquanto a ciência desafia a legitimidade e a potência da religião em oferecer proteção, cura, segurança e esperança, a religião, por sua vez, confronta a eficácia e a autoridade da ciência como uma panaceia. Finalmente, diante do impacto da COVID-19, Li Peilin argumenta que a moderna teoria dos sistemas-mundo, a teoria da Guerra Fria e a teoria do choque de civilizações são incapazes de entender os conflitos regionais e a ameaça de recessão econômica mundial. Assim, ele convoca uma sociologia pós-ocidental mais inclusiva para contribuir para o estabelecimento de uma ordem mundial de paz.

Além desses painéis, oito plenárias tratarão de quatro temas: secularismo na perspectiva da pós-secularidade ou de múltiplas secularidades; o autoritarismo, particularmente em sua versão brutalizante e seus efeitos sobre o conhecimento e a pós-factualidade; o populismo e suas diferentes formas locais de fenômeno global, e um convite para uma abordagem interseccional para a compreensão da construção do "povo"; e o neoliberalismo, que gera tantas desigualdades, pondo em risco os direitos individuais e coletivos à vida.

> Sessões em destaque

Como nosso objetivo é que este Congresso não apenas converse com outras disciplinas, mas também com a mídia, atores da sociedade civil e formuladores de políticas, concebemos três sessões de destaque com foco em três tendências e conflitos candentes.

A primeira é sobre racismo e islamofobia. Embora depois da era dos direitos civis o racismo aberto tenha sido amplamente condenado, como conceituamos e medimos suas manifestações presentes mais sutis e difusas? Esta sessão se concentrará mais particularmente no aumento da islamofobia. Nacira Guénif argumentará que em vez de considerar que a integração pode ser a solução para o racismo e *a fortiori* para a islamofobia, a retórica da integração na França e em outros lugares alimentou práticas e discursos racistas, permitiu políticas desdenhosas e abriu o caminho para uma islamofobia duradoura. Para François Burgat, as tensões e clivagens entre a Europa e o mundo muçulmano, sejam elas domésticas ou regionais, podem ser analisadas como resultantes de várias dinâmicas históricas. Para ele, a mais importante dessas clivagens tem pouco a ver com assuntos religiosos globais, mas sim com aqueles que são internos e políticos. Randa Abdel-Fattah apontará, como socióloga e ativista, como as comunidades marginalizadas na Austrália são traídas pela "liderança" muçulmana que sucumbe ao poder duradouro e sedutor das ideias e roteiros de senso comum sobre muçulmanos "moderados/apolíticos/integrados" tão poderosamente sedimentados ao longo de duas décadas da guerra ao terror e o privilégio de estruturas multiculturais liberais de inclusão na luta contra a islamofobia. Finalmente, Farid Hafez se concentrará na islamofobia nas sociedades muçulmanas como uma forma de regular e disciplinar os muçulmanos, enquadrando-a assim como política. Em muitos países muçulmanos (por exemplo, alguns na Ásia Ocidental), as instituições estatais estão pressionando

»

a legislação para discriminar os muçulmanos que se opõem politicamente aos que estão no poder. Hafez, portanto, vai além da dinâmica da relação maioria-minoria.

A segunda Sessão de destaque fornecerá uma perspectiva sociológica sobre a guerra na Ucrânia. A invasão russa da Ucrânia chocou o mundo. Esta não é uma guerra isolada; é excepcional devido à sua capacidade de escalar para a Terceira Guerra Mundial, possivelmente nuclear. Indo além de seu impacto geopolítico, quatro palestrantes, Nikolai Genov, Olga Kutsenko, Larissa Titarenko e Tamara Martsenyuk, explorarão as transformações das sociedades russa e ucraniana que permitiram o desenvolvimento das condições sociais que levaram à guerra. Eles também contemplarão as possíveis implicações dessa guerra na transformação futura de ambas as sociedades. A guerra também tem ramificações europeias mais amplas e coloca questões tão diversas quanto o desenvolvimento da ideia de Europa, as implicações da crise dos refugiados, os impactos sociais globais da escassez de alimentos e energia, a liberdade acadêmica para avaliar criticamente a guerra, etc.

A última Sessão de destaque é sobre o conflito árabe-israelense. Alguns leem esse conflito como um projeto de colonização de povoamento que se desenrola desde 1948 e estabeleceu um sistema de *apartheid* contra os palestinos, enquanto outros o leem como nacionalismos conflitantes entre árabes e judeus israelenses. Não importa como este conflito seja lido, um processo assustador de "espaçocídio" nos Territórios Palestinos Ocupados é evidente em todos os níveis. O Processo de Paz (conhecido como Processo de Oslo) não o impediu. Muitos estudiosos israelenses e palestinos argumentam que a solução de dois Estados entrou em colapso com o fracasso do Processo de Oslo e que devemos almejar um Estado laico para todos os seus cidadãos. Quatro palestrantes refletirão sobre este tema: os sociólogos palestinos Mohammed Bamyeh e Areej Sabbagh-Khoury, e os sociólogos israelenses Ian Lustick e Lev Grinberg.

> Painel de ex-presidentes e a história da ISA

Em junho de 2023, em Melbourne, estaremos celebrando a vigésima edição do Congresso Mundial de Sociologia da ISA. Para destacar este importante aniversário, concentrei parte do meu projeto presidencial na publicação de resumos de todos os Congressos anteriores e na atualização do notável trabalho de Jennifer Platt, *História da ISA 1948-1997*. Dois estudos foram encomendados. Um deles foi conduzido por Gisèle Sapiro, analisando plenárias e programas de Comitês de Pesquisa selecionados em Congressos passados e analisando suas formas e conteúdos mutáveis em termos de tópicos, teorias e metodologias. Tom Dwyer conduziu o outro estudo para atualizar a *História da ISA* de 1997 até hoje. Os ex-presidentes da ISA Margaret Archer, T.K. Oommen, Alberto Martinelli, Piotr Sztompka, Michael Burawoy e Margaret Abraham também comentarão esses dois estudos.

> Autor encontra críticos

Para estas sessões, selecionamos seis excelentes livros escritos ou editados por sociólogos de diferentes áreas geográficas e com temas instigantes e atuais:

- *Critical Engagement with Public Sociology: A Perspective from the Global South* editado por Andries Bezuidenhout, Sonwabile Mnwana, Karl von Holdt
- *The Gift Paradigm: A Short Introduction to the Anti-Utilitarian Movement in the Social Sciences* por Alain Caillé
- *Aesthetic–Cultural Cosmopolitanism and French Youth: The Taste of the World* por Vincenzo Cicchelli e Sylvie Octobre
- *After the Arab Uprisings: Progress and Stagnation in the Middle East and North Africa* por Shamiran Mako e Valentine M. Moghadam
- *Diaspora as Translation and Decolonisation* por Ipek Demir
- *Refuge beyond Reach: How Rich Democracies Repel Asylum Seekers* por David Scott FitzGerald

> E mais

Os Comitês de Pesquisa têm sua própria compreensão do tema desta conferência e selecionaram artigos com várias abordagens. Além disso, temos quatro fantásticas Sessões Temáticas Australianas organizadas pelo Comitê Organizador Local na Austrália sobre tópicos atraentes: refugiados, mudanças climáticas, bolsas de estudo indígenas e desigualdades contemporâneas na Austrália. No programa existem também, naturalmente, Sessões Integrativas e sessões das diferentes associações nacionais, regionais, linguísticas e temáticas, bem como Sessões Ad Hoc e Sessões de Desenvolvimento Profissional. Antes do Congresso, também organizamos alguns eventos pré-congresso pelos diferentes Comitês de Pesquisa e pela Associação Australiana de Sociologia (nosso anfitrião local). Gostaria de destacar particularmente o seminário para os vencedores e finalistas do Concurso Mundial da ISA para Sociólogos Juniores, que reunirá quinze sociólogos juniores de catorze países.

Não é preciso dizer que Melbourne é um lugar fantástico para se conhecer: é uma cidade vibrante e amigável com arte pública, muitos parques e boa comida, e algumas opções de hospedagem acessíveis. Espero ver todos vocês no final de junho de 2023! ■

Contato com Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>
Twitter: @hanafi1962

> Reavivando conferências presenciais

em um mundo (quase) pós-pandêmico

por **Anahí Viladrich**, Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY), EUA

Crédito: Unsplash.

Em agosto de 2022, voei para Los Angeles para participar da 117ª Reunião Anual da Associação Americana de Sociologia, o primeiro evento presencial do qual participei em mais de dois anos. Feliz por estar de volta com meus colegas, embora ainda com medo de chegar muito perto dos outros, eu tinha sérias dúvidas sobre participar deste evento de quatro dias totalmente cara a cara com as mais de 4.500 pessoas presentes. Apesar de estar totalmente vacinada, ter tomado dose de reforço e já ter tido meu quinhão de infecção por COVID-19 (eu estive doente duas vezes para ser precisa), me senti hesitante em estar em um ambiente fechado com milhares de colegas – mesmo que de máscara.

Enquanto pesava minhas opções, eu fiz uma autorreflexão sobre os prós e contras das reuniões virtuais *versus* presenciais e decidi me envolver no que os cientistas sociais parecem fazer melhor: pesquisar os benefícios de cada um. Neste artigo, revejo o que aprendi e compartilho algumas lições empíricas sobre como fazer com que as conferências presenciais funcionem melhor durante uma era (quase) pós-pandêmica.

> Completando um ciclo

Logo após o surto inicial de COVID-19, as conferências pelo *Zoom* foram reconhecidas por terem democratizado nosso acesso ao conhecimento e às oportunidades de *networking*. Nos dois anos e meio seguintes, as reuniões on-line provaram ser a maneira mais barata e fácil de reunir comunidades acadêmicas e profissionais a partir do conforto de nossos próprios escritórios em casa – até mesmo nossos quartos. A transmissão *on-line* não permite apenas que possamos participar de eventos de qualquer lugar do mundo, mas também deixa pegadas de carbono menores, ajudando assim a mitigar as mudanças climáticas. Antes da COVID-19, todos nós tivemos que arranjar tempo para viajar para conferências, muitas vezes realizadas em locais distantes, o que normalmente implicava longas negociações com nossas administrações universitárias para garantir financiamento para inscrição, passagens aéreas, hospedagem e alimentação.

A maioria desses desafios pareceu desaparecer no momento em que entramos *on-line* em março de 2020. Com o passar do tempo (e com o *Zoom*), no entanto, ficamos cada vez mais desgastados como resultado da

»

exaustão de tela, para não mencionar as intermináveis falhas tecnológicas e os problemas de microfone estranhos que todos nós experimentamos de tempos em tempos. Onipresentes entre estes estão as histórias muito comuns de descargas de banheiros ou crianças chorando no meio da apresentação *on-line*! Aproveitar ao máximo as conferências virtuais também significa gastar pouco tempo participando das apresentações e sessões de discussão de nossos colegas. De fato, muitas instituições esperam que seus membros do corpo docente continuem a realizar suas tarefas diárias enquanto participam de conferências virtuais.

Minha hesitação inicial em relação a participar da reunião da ASA este ano, juntamente com meu medo de estar em um evento supertransmissor em potencial, foi contrabalançada por um forte desejo de interações face a face. Extensa literatura de conselhos e dicas ajudou a aliviar minhas preocupações. Abaixo está um resumo do que aprendi e de como as coisas funcionaram enfim.

1. Diretrizes de segurança e saber o que esperar: Como a maioria das organizações profissionais que atualmente realizam eventos presenciais, a ASA tornou a segurança uma prioridade máxima e os protocolos de COVID-19 estavam em vigor durante todo o processo. A comunicação pré-evento entre os organizadores da conferência e os participantes não foi apenas fundamental para definir uma estratégia de segurança, mas também para ajudar os apresentadores a gerenciar suas expectativas. Antes de chegar, fomos obrigados a carregar eletronicamente nossos cartões de vacinação, que também foram verificados no local da conferência na chegada. Todos nós sabíamos o que esperar como resultado: ausência de vacinação ou máscara significava entrada proibida.

2. Responsabilidade e código de honra: Embora o risco de pegar e transmitir o temido vírus não pudesse ser definitivamente eliminado, tentamos minimizar nossa exposição sendo responsáveis uns com os outros. Como resultado, mantivemos uma distância física e continuamos usando nossas máscaras em ambientes fechados, exceto para comer ou beber – mesmo ao apresentar trabalhos. Graças ao lindo clima de verão em Los Angeles, muitos eventos foram realizados ao ar livre, então tivemos amplo espaço para interagir.

3. Nivelando o campo: Muitos de nós não estávamos imunes a um senso compartilhado de "estranheza" coletiva: embora gratos pela oportunidade de nos envolvermos com outras pessoas, experimentamos alguma incerteza sobre como abordar nossos colegas e como ser abordados, enquanto lidávamos com níveis de conforto díspares em relação à manutenção de uma distância física. Além do mais, muitos de nós ficamos um pouco enferrujados quando se tratava de conversa fiada. Na ASA, alguns dos meus colegas mais jovens e menos experientes me disseram que "quebrar o gelo" não era algo que eles se sentiam confortáveis em fazer. Como qualquer habilidade, ser socialmente experiente é algo que deve ser praticado. Isto é particularmente verdadeiro para aqueles traumatizados por perda ou doença em curso, para quem os espaços fechados podem ter se tornado pouco mais do que um *playground* cheio de germes.

Felizmente, os crachás da conferência incluíam apenas o nome e sobrenome dos participantes – sem informações adicionais sobre sua afiliação institucional ou profissional. Essa medida ajudou a evitar preconceitos sobre *status*, posição e afiliação universitária, facilitando assim a comunicação espontânea entre os participantes. Além disso, a maioria de nós experimentou uma coceira quase visceral para interagir com nossos colegas e compartilhar anedotas sobre como estávamos sobrevivendo física e emocionalmente à pandemia. Conversar com seres humanos da vida real e apertar as mãos uns dos outros é algo que não tomamos mais como certo. No final, suas histórias de COVID-19, pequenas e grandes, nos proporcionaram um terreno comum para nos conectarmos uns com os outros de maneiras únicas.

4. De volta ao presencial: Nenhuma plataforma virtual pode realmente substituir a magia dos relacionamentos da vida real: o núcleo do que no jargão sociológico é chamado *in situ* de "capital social". Em português claro, a função de "bate-papo" dos locais de conferência presenciais é quase como um encontro casual: você esbarra em um chefe de departamento, um editor ou um colega júnior na fila para o café, digamos, e, de repente, uma conversa casual se torna seu ingresso para um novo emprego ou um contrato de livro. Ou talvez faíscas voem, e você encontre o amor de sua vida. Aprender sobre projetos semelhantes durante as apresentações dos colegas pode provocar novas ideias, aprimorar o conhecimento e levar a um bate-papo produtivo durante os intervalos para café ou recepções de conferências.

> O caminho a seguir

Eu quase perdi a reunião presencial da ASA este ano. Em retrospecto, estou feliz por não ter feito isso. O velho ditado de que participar de conferências é muito mais do que simplesmente apresentar seu trabalho tornou-se mais claro para mim do que nunca. No entanto, embora os eventos presenciais sejam críticos para a sobrevivência das organizações profissionais, eles ainda refletem as principais desigualdades estruturais que eram endêmicas antes da COVID-19. Isso inclui o que eu chamo de "modo de conferência de hotel cinco estrelas", que favorece aqueles com recursos institucionais (leia-se: dinheiro) em detrimento de universidades menos dotadas de recursos, minorias e estudantes de pós-graduação. Felizmente, os apelos para tornar os eventos presenciais acessíveis a todos, incluindo o acolhimento de participantes de países em desenvolvimento, tornaram-se uma prioridade para muitas organizações profissionais, incluindo a ASA.

O que o futuro reserva ainda não está claro e, independentemente de possíveis cenários de pandemia, o *streaming* e os eventos *on-line* (síncronos e assíncronos) certamente vieram para ficar – mesmo que em formas híbridas. Enquanto isso, mal posso esperar pelo próximo evento presencial, onde estar no "aqui e agora" esperançosamente nos encorajará a compartilhar uma versão melhor de nós mesmos, como acadêmicos comprometidos e seres humanos compassivos. ■

Contato com Anahí Viladrich <Anahi.Viladrich@qc.cuny.edu>
Twitter: @prof_anahi

> Sociologia global

como um diálogo global renovado

por **Geoffrey Pleyers**, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, e Vice-Presidente de Pesquisa da ISA (2018-23)

Fotomontagem: Arbu, 2023.

Após seu auge na década de 1990, a sociologia global foi duramente criticada por abordagens que incluem estudos subalternos, pós-coloniais, decoloniais, feministas e de gênero, e teorias do Sul, juntamente com outras "epistemologias do Sul". Além de sua heterogeneidade e divergências, essas abordagens convergem para desafiar a legitimidade da sociologia global, que tem sido identificada com o eurocentrismo e a dominação dos sociólogos do Norte/Ocidente.

A agenda epistêmica proposta por essas teorias críticas combina duas etapas. A primeira é a desconstrução do eurocentrismo inerente no qual a sociologia global e a maioria dos quadros cognitivos de nossa disciplina estão enraizados, como argumentou Sujata Patel. Isso desafia as formas dominadas pelo Ocidente de produzir e difundir conhecimento tanto quanto as visões de mundo eurocêntricas. Enrique Dussel mostrou que a colonialidade e a conquista das Américas não são uma questão secundária da modernidade, mas um evento fundamental sobre o qual a modernidade foi construída e através da qual ela continua se reproduzindo. As subjetividades ocidentais construíram-se em uma relação de dominação sobre os "outros". Analisar os atores, mecanismos e instituições sociais que construíram, mantiveram, reproduziram e atualizaram essas formas de dominação social e epistêmica é uma tarefa essencial para as ciências sociais de hoje. Isso inclui a análise reflexiva de seu próprio papel passado e atual na reprodução desse sistema social e epistêmico.

O segundo passo é prestar atenção e dar visibilidade a visões de mundo, experiências e conhecimentos que foram "invisibilizados" e negados pelo processo de modernização. Movimentos indígenas, ecológicos, feministas, camponeses e minoritários fizeram disso uma parte significativa de suas lutas emancipatórias. É também uma tarefa urgente para os sociólogos do Norte Global e do Sul Global. Para os sociólogos profissionais, este passo inclui notavelmente revelar as contribuições para nossas disciplinas por pesquisadores, atores, autores e estudiosos que foram ignorados por muito tempo.

> Lutas sociais e epistêmicas

As principais ideias sobre as quais essas perspectivas críticas se baseiam surgiram ao lado ou à margem da

»

sociologia acadêmica. Na América Latina, a ascensão da "perspectiva decolonial" em si é uma das ilustrações mais marcantes do fato de que os debates mais significativos nas ciências sociais começaram entre os movimentos sociais, particularmente os movimentos indígenas, antes de penetrar progressivamente no mundo acadêmico. Nas últimas três décadas, atores críticos, movimentos sociais e estudiosos do Sul Global e de "origens oprimidas" (notadamente feministas e minorias), transformaram profundamente a maneira como vemos nosso mundo, modernidade, equidade e "progresso". Pequenos agricultores, povos indígenas, ativistas e movimentos do Sul Global desenvolveram perspectivas como o ecofeminismo e o "bem-viver" (por exemplo, a perspectiva de Sumak Kawsay no Equador) que impactaram profundamente a maneira como vemos a ecologia, a natureza (à qual pertencemos) e a nós mesmos. Processos semelhantes ocorreram no Norte Global. O conceito de "interseccionalidade" surgiu nas lutas dos movimentos feministas e negros, a partir da pena de Crenshaw, que não era socióloga, mas ativista e advogada. Assim, muitos de nossos conceitos-chave surgiram de movimentos sociais "de baixo".

A abertura das epistemologias do norte para a aprendizagem, pontos de vista e lições do Sul Global leva ao reconhecimento de atores sociais como produtores de conhecimento, que incluem conhecimento prático, bem como perspectivas teóricas, epistemologias e visões de mundo ("cosmovisões"). De fato, os movimentos indígenas, camponeses ou feministas consideram explicitamente a defesa de cosmovisões alternativas como uma parte crucial da luta pela justiça social. "Nossa luta é política e epistêmica", disse Luis Macas, na época líder da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Traduzindo essas lutas para arenas acadêmicas, Boaventura de Sousa Santos afirma que "não há justiça social sem justiça epistemológica" e luta pelo "fim do império cognitivo".

Os muros que cercam os debates acadêmicos de epistemologia entre os estudiosos foram quebrados. Essas "lutas sociais e epistêmicas" não são apenas nossos objetos de pesquisa, elas atravessam toda a nossa disciplina. Epistemologias e sociologia fazem parte do campo de batalha desses projetos de emancipação e, portanto, são parcialmente transformados por eles.

> A sociologia global ainda é relevante?

O projeto de sociologia global ainda é legítimo após essa intensa onda de críticas? Ou a "sociologia global" está intrinsecamente ligada a projeto moderno e visão de mundo eurocêntricos (colonial, patriarcal e capitalista)? A sociologia deveria renunciar a esse projeto de fazer justiça ao conhecimento enraizado em experiências, lutas e culturas específicas locais? Devemos nos concentrar na reconstrução das histórias regionais e nacionais da sociologia para promover contribuições de autores e estudiosos nacionais e regionais que foram invisibilizados?

A "virada decolonial" convida os sociólogos ocidentais a renunciar ao hábito de universalizar rapidamente seus resultados de pesquisa, conceitos e visão de emancipação. Exige que reconheçamos a dominação epistêmica enraizada na sociologia eurocêntrica e as contribuições teóricas significativas de estudiosos e atores de diferentes regiões do mundo e de origens oprimidas para a história e a relevância de nossa disciplina. Requer que revisemos o cânone de nossa disciplina e renovemos uma "sociologia global" que por muito tempo foi a sociologia ocidental (e, na verdade, apenas uma parte da sociologia ocidental). No entanto, a virada decolonial não invalida o projeto da sociologia global. O movimento zapatista indígena mexicano mostrou que promover "um mundo onde há espaço para muitos mundos" não significa desistir de qualquer perspectiva global; muito pelo contrário.

Para reconstruir a sociologia global após (e através) da virada decolonial, a crítica ao eurocentrismo e a visibilidade do conhecimento alternativo devem ser complementadas por um terceiro e indispensável passo: o diálogo intercultural. Isso exige que os pesquisadores reconheçam sua posição e estejam abertos a aprender com os outros. A postura é ao mesmo tempo sociológica, cultural e pessoal. Deve estar enraizada na vontade de se expor ao risco (e à esperança) de perder algumas das certezas e aprender com o encontro com o outro. Sob essas premissas, a sociologia torna-se um projeto coletivo que combina as reflexividades dos pesquisadores em uma busca comum por uma melhor compreensão do nosso mundo e também dos atores que o transformam.

Sem esse chamado para um diálogo global aberto e intercultural, a renovação de posturas e teorias críticas corre três riscos: fragmentação; isolamento (através de dificuldades em alcançar além das franjas mais ativistas de movimentos e estudiosos críticos) e homogeneização das ciências sociais e conhecimento ocidentais como dominantes e as ciências sociais e o conhecimento do Sul como emancipatórios. Renovar a sociologia global e restaurar sua relevância exige que "provincializemos" suas raízes e contribuições europeias. Como Chakrabarty explica corretamente, isso não significa livrar-se de todas as contribuições ocidentais para a sociologia e a teoria crítica, mas considerá-las uma parte relevante de uma sociologia global mais abrangente que se baseia em raízes e propostas das diferentes regiões do mundo.

Depois de desenvolver uma crítica radical e convincente da dimensão colonial da modernidade e de nossa época em sua obra-prima *Crítica da Razão Negra*, Achille Mbembe intitulou o epílogo do livro de *Há apenas um*

»

mundo. Ele insiste na conexão da humanidade e na necessidade de desenvolver uma nova perspectiva cosmopolita: "Quer queiramos ou não, o fato é que todos nós compartilhamos este mundo [...] A proclamação da diferença é apenas uma faceta de um projeto maior – o projeto de um mundo que está chegando, cujo destino é universal, um mundo livre do fardo da raça, do ressentimento e do desejo de vingança que todo racismo chama à existência. A história decolonizadora visa reconstruir uma história comum, não apenas uma história do povo colonizado. Da mesma forma, nosso objetivo é reconstruir uma sociologia comum, com sociólogos e atores do Sul Global e de pontos de vista marginalizados, não apenas para eles, mas para todos nós.

Assim, o grande desafio de nossos tempos é o surgimento progressivo de uma consciência planetária. Se a sociologia está à altura de suas tarefas, ela contribuirá para essa consciência planetária. Para isso, a sociologia global não pode permanecer enraizada nas universidades e cânones ocidentais, que se apresentavam como universais, nem se limitar às críticas dessa sociologia ocidental. Precisa conectar sociologias, como propõe Gurminder Bhambra, e a partir daí reconstruir uma sociologia comum, que seja diversa, mas que se baseie em bases comuns que emergem dos diálogos globais.

> A ISA como ferramenta de renovação da sociologia global

Construir essa sociologia global renovada, incluindo plenamente e de maneiras melhores pesquisas, epistemologias e estudiosos do Sul Global e origens oprimidas na sociologia geral tem sido uma das principais missões da ISA nas últimas décadas.

A ISA é construída sobre a convicção de que um diálogo aberto entre sociólogos de diferentes continentes é "crítico para abordar as principais questões sociológicas em todo o mundo", para tomar as palavras de Sari Hanafi e Chin-Chun Yi, que reuniram as contribuições da Quarta Conferência de Associações Nacionais da ISA no livro *Sociologias em Diálogo*. O Conselho de Pesquisa da ISA criou uma força-tarefa para compartilhar boas práticas e fazer propostas concretas para promover a equidade, a diversidade e a inclusão dentro da ISA e de seus Comitês de Pesquisa. Abrir espaços para autores do Sul Global tem sido a missão compartilhada de periódicos e séries de livros da ISA. Difundir perspectivas sociológicas de diferentes continentes e promover a fertilização cruzada entre eles é a *raison d'être* do *Diálogo Global*, revista da ISA. As mídias sociais da ISA contribuem para o compartilhamento de informações, análises e perspectivas de diferentes continentes. No entanto, mesmo na era do Zoom, os encontros pessoais muitas vezes continuam a ser o melhor cenário para promover relacionamentos pessoais que estabelecem as bases de um entendimento mútuo além das diferenças de pontos de vista, argumentos e culturas. É por isso que os congressos mundiais e fóruns de sociologia continuam sendo eventos importantes e o motivo pelo qual os comitês de pesquisa combinam conferências virtuais com reuniões presenciais. Nosso desafio continua sendo construir uma comunidade internacional inclusiva e diversificada de estudiosos capazes de renovar a sociologia global. Para esse fim, precisamos democratizar a sociologia global e o acesso às arenas internacionais, mantendo a importância de construir laços sociais enraizados em encontros pessoais.

Reconhecer, "visibilizar" e aprender com a sociologia por meio de pesquisadores e atores do Sul Global e de origens marginalizadas não é apenas uma questão de tornar a sociologia mais democrática, atendendo a alguns critérios de diversidade e garantindo um acesso justo à difusão do conhecimento. É também uma busca por uma sociologia mais bem informada e mais relevante, capaz de fornecer análises mais complexas e multissituadas dos desafios que nossas sociedades enfrentam. O pedagogo brasileiro Paulo Freire nos ensinou que as perspectivas e as análises dos atores oprimidos oferecem uma melhor compreensão de sua realidade e sociedade. Contribuições de acadêmicas e ativistas feministas durante a pandemia de COVID-19 demonstraram sua capacidade de melhorar o conhecimento do nosso mundo e seus desafios muito além das causas feministas e da igualdade de gênero. Da mesma forma, as contribuições analíticas e teóricas dos sociólogos do Sul Global nos ajudam a entender a realidade e os desafios dessa região, tanto quanto a alcançar uma compreensão melhor e "mais global" da vida e da sociedade no Norte Global. As epistemologias do Sul, juntamente com as abordagens feministas, ecológicas, indígenas e interseccionais, são mais do que opções alternativas para a sociologia no século XXI. Elas estão no centro da sociologia global e modificaram profundamente nossa disciplina. ■

Contato com Geoffrey Pleyers <Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be>
Twitter: @GeoffreyPleyers

> Por que precisamos de uma nova estrutura

para estudar a extrema direita no Sul Global

por **Rosana Pinheiro-Machado**, University College Dublin, Irlanda e **Tatiana Vargas-Maia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ilustração feita pelo artista plástico e cientista político brasileiro Ribs (https://twitter.com/o_ribs e https://www.instagram.com/o.ribs/) para o Observatório dos Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL-IESP/UERJ). Crédito: Ribs, 2021.

Vastos estudos tentaram explicar a ascensão – ou ressurgimento – da extrema direita no mundo pós-2010. Neste breve artigo, argumentamos que precisamos de uma nova abordagem para compreender tal fenômeno, apoiando-nos em uma[1] perspectiva do Sul Global, na qual o colonialismo e a colonialidade desempenham um papel analítico central (Masood e Nisar, 2020; Tavares Furtado e Eklundh, 2022). Na literatura internacional, os países do Sul Global são frequentemente apresentados como exemplos, estudos de caso ou variantes de eventos políticos mais amplos que colocam os Estados Unidos e a Europa no centro de sua análise. O problema dessa mentalidade acadêmica colonizada é que países como o Brasil e as Filipinas experimentaram – e reinventaram – uma das expressões mais radicais e violentas do autoritarismo no mundo. O profundo dano causado pelo governo Jair Bolsonaro ao meio ambiente é imensurável, mas recebe apenas atenção acadêmica e jornalística internacional residual, o que dificulta uma melhor compreensão dos impactos mais ferozes que os extremistas têm no mundo.

Trabalhos que respondem à recente onda populista e autoritária diferenciam pouco entre as especificidades do Norte Global e do Sul Global, apoiando-se principalmente na análise de partidos e movimentos europeus e americanos (i.e., Brown, Gordon e Pensky, 2018; Eatwell e Goodwin, 2018; Hawley, 2017; Hermansson, Lawrence, Mulhall e Murdoch 2020; Inglehart e Norris, 2016; Mondon e Winter, 2020; Mudde, 2017; Mudde 2019; Mudde e Kaltwasser, 2018). O resultado é um repertório limitado

»

– mas universalizante – que se concentra em processos que explicam a recessão nos países ricos, o colapso do Estado de bem-estar social, as questões migratórias, o empobrecimento e o ressentimento da classe trabalhadora, a desdemocratização e a revolta contra a democracia liberal.

> O contexto da emergência da extrema direita contemporânea

Devemos primeiro indagar sobre o contexto social, econômico, cultural e político em que a extrema direita (re) emerge; e um olhar para algumas economias emergentes é revelador a esse respeito. Quando Narendra Modi (em 2014 na Índia), Rodrigo Duterte (em 2016 nas Filipinas) e Jair Bolsonaro (em 2018 no Brasil) chegaram ao poder, seus países não estavam em colapso em nenhuma forma anterior de Estado de bem-estar social: os pobres estavam emergindo da pobreza e o autoritarismo não era uma novidade, mas sim uma grande promessa. Na época, a Índia e as Filipinas mantinham continuamente altos níveis de crescimento econômico. Embora o Brasil tenha elegido Bolsonaro em meio a uma recessão, o ressurgimento da extrema direita ocorreu junto com o auge do desenvolvimento econômico do país (Rocha, 2018). Esses países não estavam enfrentando a chamada crise de refugiados, onde os imigrantes supostamente aproveitariam as oportunidades de emprego da população autóctone. Em vez disso, eles estavam lidando com seus "inimigos internos" racializados.

O reaparecimento da extrema direita em partes colonizadas e periféricas do globo – marcado por persistente autoritarismo, conservadorismo, precariedade e colonialidade – não pode ser explicado por um quadro teórico indiferenciado que foi originalmente desenvolvido através de lentes europeias-americanas-ocidentais. Em uma perspicaz crítica decolonial do discurso acadêmico sobre a extrema direita, Masood e Nisar (2020) sugerem que uma análise abrangente do populismo de extrema direita deve explicar as heterogeneidades desses movimentos em todo o Norte Global e no Sul Global. Não estamos sugerindo que a experiência no Norte Global deva ser descartada. A recessão econômica global de 2008, o referendo do Brexit de 2016 no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos foram eventos cruciais para gerar ondas contagiosas de autoritarismo em todo o mundo e criar incentivos contextuais e oportunidades para tais movimentos. Os países do Norte Global exercem poder sobre o Sul Global e exportam continuamente ideologias extremistas. Além disso, as mídias sociais digitais, uma economia global interconectada, as redes transnacionais de poder e as teorias da conspiração são alguns dos elementos que tornam global a onda populista autoritária.

> Estudos sobre a nova extrema direita: elementos para uma agenda comparativa e global

Embora investigações sobre o autoritarismo e o populismo no Sul Global tenham uma longa tradição, estudos sobre a nova extrema direita demoraram a perceber e abranger países como o Brasil e a Índia como parte do mesmo fenômeno analítico. O livro *The Populist Radical Right: A Reader*, editado por Cas Mudde em 2017, é sobretudo regional porque se concentra principalmente na Europa, mas é percebido como universal. O fenômeno Bolsonaro atraiu a atenção global. No entanto, a rota epistemológica desse processo parece ser dominada por formas colonizadas de produção de conhecimento que persistem na academia. Agora, o Brasil foi incorporado em vários projetos pesquisando a nova extrema direita como um estudo de caso do Sul Global, e as mesmas ferramentas analíticas são aplicadas a ele. Concordando com Masood e Nisar (2020), acreditamos que esse caminho deve ser virado de cabeça para baixo: algumas das pistas para o fenômeno global atual surgem precisamente da modernidade inacabada ou híbrida do Sul Global.

Embora um vasto corpo de literatura tenha analisado as causas e as condições sociais que levaram ao ressurgimento da política populista de direita nos países do sul, a compreensão do fenômeno permanece estreita e fragmentada porque carece de uma estrutura para explorar por que várias potências democráticas emergentes voltaram-se – novamente – para a política autoritária. Ao nos concentrarmos nas experiências do sul, devemos recalibrar as lentes através das quais entendemos a experiência dos países colonizados, expandindo faixas e limites conceituais (em vez de negá-los). Em uma nova agenda de pesquisa, precisamos perguntar: O que *há de novo* na nova direita? Quais são as semelhanças e diferenças entre o populismo autoritário de Bolsonaro ou Duterte e os regimes ditatoriais passados? Que tipo de lições o Norte Global pode aprender com países que há muito tempo são marcados por expressões de política extrema? Essas formas renovadas de extremismo, neofascismo e autoritarismo são combinadas com uma dura racionalidade neoliberal em meio à precariedade social e se manifestam através de novas tecnologias que aprimoram – e tornam popular – o populismo no século XXI.

Talvez a principal diferença entre a extrema direita no Norte e no Sul Global seja uma questão de intensidade e escala. No entanto, é precisamente essa intensidade e escala que devem ser compreendidas e contextualizadas dentro das particularidades históricas. Por exemplo, Trump e Bolsonaro podem expressar declarações intoleráveis semelhantes através dos mesmos canais de mídia social, confiando em táticas idênticas de apito de cachorro[2]. No entanto, os efeitos de atitudes igualmente odiosas serão totalmente diferentes em países que apresentam diferentes graus de desenvolvimento econô-

»

mico e consolidação democrática de suas instituições. A maioria dos estudiosos da extrema direita esgota a análise das semelhanças entre os autoritários populistas, mas é igualmente importante prestar mais atenção ao fato de que uma cruzada contra gênero e direitos sexuais no Sul Global será muito mais visceral – e, portanto, prejudicial – do que no Norte Global.

> As singularidades do Sul Global

Cinco aspectos poderiam constituir um novo quadro que dá conta de algumas das numerosas singularidades do Sul Global:

1. Recessão econômica e subjetividade política: A literatura sobre a extrema direita tem se concentrado na figura dos homens brancos empobrecidos ressentidos. Em contraste, os países colonizados no Sul Global têm sido persistentemente marcados por conflitos e recessão. No entanto, o crescimento econômico imponente das economias emergentes também é um assunto que promove novos tipos de engajamento político. Embora a nostalgia de um passado glorioso seja fundamental para entender a subjetividade neofascista no Norte Global, essa categoria precisa ser repensada no Sul Global.

2. As nuances do nacionalismo e da xenofobia: O nacionalismo tem expressões diferentes nos países colonizados. Como mencionado acima, alguns países do Sul Global podem não ter um passado glorioso para exaltar, mas um futuro para projetar. É provável que esses países tenham inimigos internos (minorias racializadas) em vez de inimigos externos (imigrantes ou refugiados). Embora o racismo esteja no centro de projetos de extrema direita, a supremacia branca britânica tem significados diferentes da supremacia hindu, por exemplo.

3. O legado da ditadura e dos homens fortes: Vários países do Sul Global sofreram as consequências de ditaduras sangrentas que resultaram em um ethos violento persistente dentro das forças armadas e da polícia em relação a grupos racializados e vulneráveis, que nunca experimentaram qualquer tipo de democracia.

4. Conservadorismo elegível e moral em democracias não seculares: O secularismo é um princípio fundamental das democracias estabelecidas. No entanto, as novas democracias do Sul Global lutam para superar a interferência religiosa nos assuntos políticos e os efeitos nefastos do fundamentalismo, que atua como um modo disciplinar que controla os corpos e as sexualidades.

5. Resistência: A extrema direita reapareceu no Sul Global e este é um fenômeno que parece durar. No entanto, algumas das reações mais importantes e respostas criativas contra essa onda política vêm de movimentos sociais feministas em países latino-americanos, como Argentina e Chile.

Por fim, esses cinco aspectos não são conclusivos nem funcionam em uma perspectiva única. São sugestões que podem lançar luz sobre características que os países do Sul Global compartilham em suas expressões cotidianas de autoritarismo. Acreditamos que mais estudos comparativos são necessários para uma melhor compreensão das causas e consequências da extrema direita no Sul Global. Tal trabalho poderia mudar a maneira como entendemos esse fenômeno político no mundo de hoje. ■

Contato com:
Rosana Pinheiro-Machado <rosana.pinheiro-machado@ucd.ie>
Twitter: @_pinheira
Tatiana Vargas-Maia <vargas.maia@ufrgs.br>
Twitter: @estocastica

1. Ver Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2018. Este artigo também é uma versão mais curta e adaptada da introdução ao nosso livro de 2023.
2. Nota editorial: o termo apito de cachorro, alusão ao objeto de adestramento canino que emite uma frequência sonora perceptível para os cães e inaudível por ouvidos humanos, denomina a tática política de mobilização de um subgrupo-alvo por meio de uma linguagem em código que tende a passar despercebida pelo público geral. Amplamente empregada pela extrema direita, a tática do apito de cachorro visa radicalizar discursos politicos de ódio que não poderiam ser proferidos de forma direta.

Referências

Brown, W., Gordon, P. E., and Pensky, M. (2018) *Authoritarianism: three inquiries in critical theory*. Chicago, University of Chicago Press.

Eatwell, R., and Goodwin, M. (2018) *National populism: The revolt against liberal democracy.* Penguin UK.

Hawley, G. (2017) *Making sense of the alt-right.* New York, Columbia University Press.

Hermansson, P., Lawrence, D., Mulhall, J., and Murdoch, S. (2020) *The International Alt-right: Fascism for the 21st century?*. London, Routledge.

Inglehart, R. F., and Norris, P. (2016) *Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash.* Harvard JFK School of Government Faculty Working Papers Series. 1-52.

Masood, A., and Nisar, M. A. (2020) *Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far-right populism*. Organization. 27(1), 162-173.

Mondon, A., and Winter, A. (2020) *Reactionary democracy: How racism and the populist far right became mainstream.* London, Verso Books.

Mudde, C. (2017) *The populist radical right: A reader.* London, Routledge.

Mudde, C. (2019) *The far right today.* John Wiley & Sons.

Mudde, C., and Rovira Kaltwasser, C. (2018) *Studying populism in comparative perspective: Reflections on the contemporary and future research agenda.* Comparative Political Studies. 51(13), 1667-1693.

Pinheiro-Machado, R. Vargas-Maia, T. (2018) *As Múltiplas faces do conservadorismo brasileiro.* Revista Cult. 234, 26-31.

Pinheiro-Machado, R. Vargas-Maia, T. (2023). *The Rise of the Radical Right in the Global South.* London: Routledge.

Rocha, C. (2018) *"Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018).* Doctoral dissertation, São Paulo, Universidade de São Paulo.

Tavares Furtado, H., and Eklundh, E. (2022). *Populism or the European condition?*. Journal for the Study of Radicalism. 16(2).

> Pactos verdes e a geopolítica

das transições ecossociais

por **Maristella Svampa**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina; **Alberto Acosta**, economista e ex-presidente da Assembleia Constituinte, Equador; **Enrique Viale**, advogado ambientalista, Argentina; **Breno Bringel**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e Universidade Complutense de Madrid, Espanha; **Miriam Lang**, Universidade Andina Simón Bolívar, Equador; **Raphael Hoetmer**, especialista em processos participativos de estratégia e desenho de campanhas, pesquisa e mudança organizacional, Peru; **Carmen Aliaga**, Coletivo de Coordenação de Ações Socioambientais, Bolívia; e **Liliana Buitrago**, Observatório de Ecologia Política, Venezuela

Crédito: Pacto EcoSocial e Intercultural del Sur.

O Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul foi formado nos primeiros meses de 2020, após o início da pandemia de COVID-19. Seu principal objetivo era apoiar uma transição ecossocial para a América Latina de baixo para cima. Desde suas origens, a plataforma buscou promover, ampliar e sistematizar diversas experiências locais ligadas ao controle comunitário, autonomias territoriais, soberania alimentar, agroecologia, energia comunitária e ecofeminismos, entre outras lutas.

A iniciativa foi motivada pela necessidade urgente de responder às diferentes crises que o mundo contempo-

»

râneo atravessa. Mas também oferecer alternativas, em termos latino-americanos, às propostas de transições ecossociais e Pactos Verdes que surgiram nos últimos anos. Entendemos que, em contraste com o progresso que vem sendo feito em todos os continentes por meio de diversas experiências locais, esses pactos hegemônicos são insuficientes, uma vez que acabam por reproduzir o *status quo* e exacerbar as profundas assimetrias geopolíticas e as desigualdades Norte-Sul.

Mais de dois anos se passaram e a situação global piorou. Estamos agora imersos em um contexto de guerra (invasão da Ucrânia pela Rússia), que agravou a crise energética e alimentar, e estamos enfrentando a aceleração da crise climática. Além disso, a guerra contribuiu para a intensificação de formas tradicionais e novas de extrativismo associadas às transições verdes hegemônicas.

Este artigo analisa três elementos. Primeiro, examinamos algumas características-chave dos Pactos Verdes hegemônicos e formulamos nossa crítica. Em seguida, discutimos a geopolítica das transições ecossociais em termos de dívida ecológica. Por fim, destacamos propostas e desafios para o avanço de transições justas e esboçamos o que poderia ser um horizonte de justiça ecossocial integral.

> O pacto ecossocial e intercultural do sul diante dos pactos verdes

Diante dos fatos inescapáveis do colapso ecológico e sistêmico, a transição energética foi tomada como um objetivo por amplos setores corporativos e políticos em todo o mundo. Na maior parte, eles vêem a necessidade de reduzir as emissões de carbono, mas não questionam o atual metabolismo social do capital. Seus discursos e programas de "transição" são baseados em estratégias corporativistas, tecnocráticas, neocoloniais e até extrativistas que não postulam a transformação estrutural. Do ponto de vista do Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul, questionamos essas abordagens e reconhecemos a necessidade de enraizar a transformação ecossocial em uma lógica de justiça global que seja crítica e alternativa às propostas hegemônicas de transição.

Nos últimos anos, as propostas do Acordo Verde e do Novo Acordo Verde proliferaram. Elas são diversas e heterogêneas, mas geralmente formam um quadro de confluência político-discursiva no Norte Global sobre como reduzir as emissões de carbono e promover o crescimento econômico "equitativo" e supostamente "sustentável". A justiça climática está frequentemente no centro das agendas desses Pactos Verdes, com "fundos de reparação" destinados a comunidades que historicamente sofreram impactos ambientais negativos. Mas, com muita frequência, a justiça climática encontra limites nacionais. Em sua ânsia de transição para a energia renovável, o Norte Global raramente considera os impactos dessa transição no Sul Global. Este é mesmo o caso da maioria das contrapropostas formuladas por várias constelações da esquerda política, denominadas Novos Acordos Verdes em alusão ao histórico *New Deal*, Novo Acordo, de Franklin D. Roosevelt, que de outra forma têm uma perspectiva mais forte sobre a intervenção do Estado para políticas sociais, regulação econômica e criação de empregos, enquanto outros Pactos Verdes deixam mais espaço para corporações e mercados liderarem a transição.

Em termos gerais, todos os Pactos Verdes no Norte Global reconhecem a urgência das mudanças climáticas e a necessidade de combinar justiça econômica com descarbonização. Sem dúvida, eles são um passo à frente diante da cegueira e negação desenvolvimentistas. Mas mesmo o Pacto Verde Europeu, sem dúvida o mais ambicioso dos programas governamentais até o momento, não propõe uma transformação econômica completa e é contestado por atores críticos na região. Enquanto isso, o Novo Acordo Verde dos EUA é em grande parte aspiracional. Tomou a forma de uma resolução não vinculativa do Congresso, mas não de uma lei. Embora a questão do Novo Acordo Verde fizesse parte da plataforma eleitoral de Joe Biden, esse mesmo governo já limpou milhões de hectares para o desenvolvimento de petróleo *offshore*. Por sua vez, a China, apesar de um anúncio de intenções em seu último Plano Quinquenal, continua a ser o país com as maiores emissões de CO2 do mundo em termos absolutos e um uso maciço de carvão.

Muitos dos Pactos Verdes acabam reduzindo a transição ecossocial a uma transição energética dominada pelo mercado. A visão predominante é de uma transição corporativa tanto no Norte Global quanto no Sul Global. Isso pode ser visto como a continuidade de um modelo, com a mesma lógica de concentração e negócios do regime de combustíveis fósseis. Perpetua o esquema vertical de intervenção territorial, típico do extrativismo predatório.

Um exemplo dessa transição corporativa é o "triângulo do lítio" (norte da Argentina e Chile, e sul da Bolívia), onde estamos testemunhando uma reorganização do extrativismo em termos de uma transição verde para as necessidades do Norte Global, que requer um fornecimento de baterias para veículos elétricos. Outro exemplo claro é o desmatamento da Amazônia equatoriana para a exportação maciça de madeira balsa, empregada na construção de pás de turbinas eólicas na China.

É essencial denunciar e analisar esta nova intensificação do extrativismo em nome da transição energética "verde" do Norte. O que os Pactos Verdes hegemônicos chamam de "transição" representa apenas uma "diver-

sificação" da matriz energética. Mesmo nos casos mais bem intencionados no Norte, com preocupação real de unir a justiça social à justiça ambiental, a "transição justa" é muitas vezes restrita a um nível doméstico, sem considerar o impacto que tem no Sul Global.

Sem uma descentralização e desconcentração de energia e uma mudança no modo de produção, estes pactos promovem uma espécie de transição ecológica que não abandona a lógica da acumulação capitalista e continua a apostar no crescimento infinito. Portanto, mantém-se a insustentabilidade do modelo de combustíveis fósseis em termos metabólicos, pois esse modelo de crescimento requer uma exacerbação da exploração e devastação da natureza.

Em contraste e para contestar essas propostas, propomos conceituar transições justas a partir de uma perspectiva do Sul geopolítico, de modo a não continuar a ser definido e recolonizado pelo Norte. Também defendemos o abandono das concepções setoriais e o desenvolvimento de uma visão mais multiescalar, holística e integral das transições ecossociais. Uma transição energética que não aborde a desigualdade radical na distribuição dos recursos energéticos, que não promova a desmercadorização e a descolonização, e fortaleça a resiliência e a capacidade regenerativa da sociedade civil e do tecido da vida, só produzirá uma reforma parcial, sem alterar as causas estruturais do colapso.

> A dívida ecológica e a geopolítica das transições ecossociais

Nossas propostas colocam a geopolítica das transições ecossociais no centro do palco. A longo prazo, isso implica a leitura das relações, espacialidades e fluxos Norte-Sul como marcados pela relação do modelo histórico-colonial de desapropriação na América Latina vis-à-vis capitalismo-imperialismo do Norte Global. A médio e curto prazo, trata-se de expor as "falsas soluções" promovidas por Estados e corporações e reconhecer como elas desempenham um papel destrutivo em múltiplos territórios.

A geopolítica das transições ecossociais tem várias faces. Uma delas é o aumento das desigualdades globais associadas à intensificação da extração de matérias-primas da América Latina. Paralelamente, há também o impacto direto e negativo associado nas comunidades e a perda de biodiversidade, com uma aceleração extrema da extinção de espécies e o tamanho das populações de vertebrados tendo diminuído desde 1970 em uma média de 68% em todo o mundo e até 94% nos trópicos latino-americanos, segundo o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Tudo isso sublinha a dívida ecológica. Embora isso tenha suas origens na pilhagem colonial, é então exacerbado tanto pela troca ecologicamente desigual quanto pela reivindicação naturalizada de espaço ambiental localizado em países empobrecidos pelo modo de vida predatório dos países industrializados.

As pressões sobre o meio ambiente, o trabalho e os territórios causadas pela exportação de recursos naturais dos países do Sul também devem ser consideradas. A dívida ecológica também está crescendo de outra forma inter-relacionada, à medida que os países mais ricos superam seus desequilíbrios ecossistêmicos "nacionais" transferindo direta ou indiretamente a poluição (resíduos ou emissões) para outras regiões ou pedindo-lhes compensação (compensações de carbono) sem assumir a responsabilidade por isso.

A dívida ecológica também é dívida climática e há uma enorme lacuna nas emissões históricas entre o Sul Global e o Norte Global. A Europa e a América do Norte, por exemplo, são responsáveis por mais de 60% das emissões de carbono desde 1750, enquanto a América do Sul é responsável por apenas 3%. Isto não pode ser ignorado, tal como não podemos restringir a dívida ecológica ao domínio da compensação monetária. Isso porque a mercadorização da natureza e o correspondente custo ambiental deixaram e continuam a deixar um sistema de exploração planetária que afeta os povos racializados e colonizados de forma totalmente desproporcional.

Ao reivindicar a dívida ecológica, defendemos estratégias abrangentes para garantir uma vida digna para os povos do Sul em termos de justiça integral, ontológica e reparativa. Em contraste, longe de reduzir as lacunas geopolíticas, as propostas de transição hegemônicas correm o sério risco de aprofundar as dívidas coloniais e ecológicas devidas ao Sul Global. Nenhuma justiça climática e nenhuma transformação ecossocial são possíveis sem incluir reparações por essas dívidas. Longe de qualquer binarismo e simplismo, neste ponto, o diálogo entre as lutas e setores críticos do Norte Global e do Sul Global é estratégico, tanto para incentivar um debate global *sobre quem deve a quem*, quanto para promover novas formas de internacionalismo entre lutas ecoterritoriais de diferentes latitudes.

> Entre uma transição energética justa e horizontes ecossociais de justiça

Em nossas discussões com outras realidades do Sul Global (veja nosso recente Manifesto por uma Transição Energética Ecossocial dos Povos do Sul), observamos uma tendência de aumento da exploração de petróleo *offshore*, o *fracking*[1] e ainda mais megaprojetos para alimentar o consumo excessivo do Norte Global. O extrativismo agrário na forma de monocultura industrial intensiva está se apropriando de todos os recursos hídricos, aéreos e terrestres. O enorme grau de controle corporativo em todos os nossos países é alarmante.

Embora as transições socioecológicas não possam se limitar à questão energética, uma transformação estrutural do sistema energético, do modo de produção e das relações sociedade/natureza é essencial. As principais linhas do Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul em termos do que entendemos por transição energética são:

· A energia é um direito e a democracia energética é uma necessidade para sustentar a teia da vida.

· É necessário entrelaçar justiça social com justiça ambiental para eliminar a pobreza energética. A justiça ecossocial implica o desmantelamento das relações de poder que continuam a priorizar o acesso apenas para um grupo privilegiado da sociedade, excluindo setores vulneráveis e explorando corpos e natureza feminilizados.

· Temos de descarbonizar as nossas sociedades e economias: este é um desafio maior no Sul do que no Norte, quer pela pegada ecológica, histórica e colonial deixada pela exploração, quer pelas reservas de matérias-primas que existem no Sul.

· É essencial dissociar nossas estruturas econômicas, sociais e culturais dos combustíveis fósseis, do mandato de explorar a natureza e do imaginário desenvolvimentista que ainda posiciona a América Latina como um "*Eldorado*" ilimitado.

· Todo o sistema deve mudar, não apenas a matriz energética: desconcentrar, desprivatizar, desmercadorizar, descentralizar, despatriarcalizar, descolonizar, reparar e curar.

· Temos que transformar o modo de produção, bem como nossa matriz de relações sociais e relações com a natureza.

· A energia precisa ser vista de forma relacional, por isso devemos tornar visível nossa interdependência e ecodependência da energia.

· É importante ficar atento às "falsas soluções", por exemplo, os limites e os dois pesos e duas medidas aplicados às energias renováveis, lítio e outros minerais para a transição. Isso inclui uma perspectiva crítica sobre os consensos que corporações e Estados alcançam em espaços como as COPs para implementar modelos de energia que contemplem questões controversas para o Sul, como hidrogênio verde, cinza ou azul, agricultura inteligente, mercados de carbono, geoengenharia e outras propostas destinadas a manter as atuais relações de poder e assimetrias em torno da energia entre o Norte Global e o Sul Global.

· Os combustíveis fósseis devem ser deixados no solo.

· Temos de recuperar o pagamento da dívida ecológica, não só em termos monetários, mas também estruturais e simbólicos, numa perspectiva regional ou meridional.

· É vital que diminuamos a escalada e reduzamos o metabolismo social: produzamos com menos materiais e energia e consumamos menos – redefinindo nossas compreensões de bem-estar longe das dimensões materiais e monetárias.

A estas linhas estratégicas devem ser acrescentadas propostas específicas em cada contexto, sensíveis às diferentes realidades. É o que tentamos fazer recentemente, promovendo com o CENSAT Agua Viva e outras organizações latino-americanas o documento *Disminución planeada de la dependencia fósil en Colombia,* uma proposta coletiva que busca o diálogo com a proposta de transição energética feita pelo governo colombiano liderado por Gustavo Petro e Francia Márquez Mina.

Com sensibilidade aos processos de mudança em curso em nossa região, mas também conscientes do peso das forças retrógradas e oligárquicas, nós, no Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul, continuaremos avançando, combinando protestos e propostas, críticas e alternativas ao desenvolvimento. Pegaremos as ideias e conceitos que foram forjados nas últimas décadas no calor das lutas do movimento e nos colocaremos ao lado deles: os direitos da natureza, o bem-viver, a justiça redistributiva, o cuidado, as transições justas, a autonomia, o pós-extrativismo, os feminismos ecoterritoriais, a soberania alimentar e a autonomia. É por isso que defendemos um tipo radicalmente diferente de pacto: não o Pacto Verde hegemônico de acordos e negócios entre os poderosos de sempre; mas sim, um pacto com a Terra, do Sul e para o Sul, como sugerido por Arturo Escobar na apresentação da nossa iniciativa. Um pacto entendido como um compromisso com outros modos de viver e de estar com e no mundo. ■

1. Fracking é o processo de injeção de líquidos sob alta pressão em rochas subterrâneas, a fim de forçar fissuras e, por fim, extrair óleo ou gás.

Contato com:
Pacto Ecossocial do Sul <pactoecosocialdelsur@gmail.com>
Twitter: @SvampaM / @AlbertoAcostaE / @EnriqueViale / @brenobringel / @lilib17 / @ColectivoCasa / @PactoSur

> Desenvolvimento para o 1%

por **Vandana Shiva**, Fundação de Pesquisa Navdanya para Ciência, Tecnologia e Ecologia, Nova Deli, Índia

Os pequenos agricultores são, de fato, mais produtivos do que as grandes indústrias, sem utilizar aditivos comerciais prejudiciais ao ambiente, tais como fertilizantes, pesticidas e sementes geneticamente modificadas. Ilustração de Arbu, 2023.

Precisamos ir além do discurso do "desenvolvimento" e do Produto Interno Bruto (PIB), moldados pelo pensamento patriarcal capitalista, e recuperar nossa verdadeira humanidade como membros da família Terra. Como Lessem e Schieffer escrevem em seu livro *Economia Integral*: *"Se os pais da teoria capitalista tivessem escolhido uma mãe em vez de um único homem burguês como a menor unidade econômica para suas construções teóricas, eles não teriam sido capazes de formular o axioma da natureza egoísta dos seres humanos da maneira que fizeram".*

As economias patriarcais capitalistas são moldadas através da guerra e da violência – guerras contra a natureza e diversas culturas e violência contra as mulheres. E enquanto o objetivo é possuir e controlar a riqueza real que a natureza e as pessoas produzem, há uma crescente substituição de processos materiais por fic-

»

ções econômicas como "a lógica" dos mercados competitivos. A separação é a principal característica dos paradigmas emergentes da convergência dos valores patriarcais e do capitalismo. Primeiro, a natureza é separada dos seres humanos; então, os seres humanos são separados com base em gênero, religião, casta e classe. Essa separação do que está inter-relacionado e interconectado é a raiz da violência – primeiro na mente, depois nas ações cotidianas. Não é por acaso que as desigualdades sociais do passado tomaram uma forma nova e brutal com a ascensão da globalização corporativa. Observa-se frequentemente hoje que, de acordo com as tendências atuais, 1% da população global em breve controlará tanta riqueza quanto os 99% restantes.

Hoje, as corporações reivindicam a personalidade jurídica que supera os direitos de pessoas reais. Mas o distanciamento de construções fictícias de fontes reais de criação de riqueza foi ainda mais longe. As finanças são agora substituídas pelo capital, com ferramentas e tecnologias que permitem que os ricos acumulem riqueza como "rentistas" enquanto não fazem nada. A produção de dinheiro na economia financeira baseia-se na especulação; e a desregulamentação financeira permite que os ricos especulem usando os salários suados de outras pessoas. A ideia de "crescimento" emergiu como a medida do sucesso entre indivíduos e governos. Isso fala de uma forma de desenvolvimento e suas crises: experiências globais e um paradigma desenhado pelo patriarcal capitalista Grande Capital, apenas para o Grande Capital crescer.

O que o paradigma do crescimento econômico não reconhece é a destruição da vida na natureza e na sociedade. Tanto a *ecologia* quanto a *economia* são derivadas da palavra grega *oikos*, que significa *lar*, e ambas as palavras implicam uma forma de administração doméstica. Quando a economia trabalha contra a ciência da ecologia, ela resulta na má administração da Terra, nosso lar.

A crise climática, a crise da água, a crise da biodiversidade, a crise alimentar são todos sintomas diferentes da má gestão da Terra e dos seus recursos. As pessoas administram mal a Terra e destroem seus processos ecológicos por não reconhecerem a natureza como o "capital real" e a "fonte" de tudo o mais derivado dela. Sem a Natureza e seus processos ecológicos que sustentam a vida na Terra, as maiores economias entram em colapso e as civilizações desaparecem.

Sob o modelo de desenvolvimento neoliberal contemporâneo, os pobres são pobres porque o 1% se apropriou de seus meios de subsistência, recursos e riqueza. Vemos isso hoje no deslocamento das comunidades de Rojava, no Oriente Médio, e do povo Rohingya de Mianmar. Os camponeses estão ficando mais pobres porque o 1% promove uma agricultura industrial baseada na compra de sementes e produtos químicos caros, o que os aprisiona em dívidas e destrói seu solo, água, biodiversidade e liberdade.

Meu livro, *Earth Democracy*, descreve como a corporação Monsanto monopolizou o fornecimento de sementes de algodão através da comercialização exagerada de algodão Bt modificado. Muitas vezes forçados a se endividar através da compra dessas caras sementes transgênicas e outras tecnologias da chamada Revolução Verde, cerca de 300.000 agricultores indianos cometeram suicídio nas últimas duas décadas, com a maioria dos suicídios concentrados no cinturão de algodão. Comecei uma fazenda de pesquisa rural chamada Navdanya para combater esses monopólios violentos. Guardamos as variedades tradicionais de algodão orgânico dos próprios agricultores para distribuir no movimento *Seed Freedom*.

Se os agricultores estão ficando mais pobres, é por que o *Cartel do Veneno* – agora reduzido a três atores: Monsanto Bayer, Dow Dupont e Syngenta Chem China – os torna dependentes da compra de sementes e produtos químicos caros. Corporações verticalmente integradas, associando sementes a produtos químicos ao comércio internacional ao processamento de junk food, estão roubando 99% do valor que os agricultores produzem. Eles estão ficando mais pobres porque o "livre comércio" promove o dumping, a destruição dos meios de subsistência e a depressão dos preços agrícolas. Além disso, os pequenos agricultores são realmente mais produtivos do que as grandes fazendas corporativas industriais, sem usar aditivos comerciais prejudiciais ao meio ambiente, como fertilizantes, pesticidas e sementes geneticamente modificadas. Por outro lado, o sindicato camponês global Via Campesina aponta que as formas tradicionais de abastecimento não só permitem mais autonomia para os agricultores, mas podem até mitigar os efeitos do aquecimento global.

Nem é preciso dizer que a "economia de crescimento" do 1% é profundamente antivida, e muitos de seus efeitos também são sentidos pelos trabalhadores do Norte Global. A ONG do povo filipino IBON Internacional afirma que, se a violência masculina era tradicionalmente usada para manter as mulheres exploráveis tanto como trabalhadoras produtivas quanto como órgãos reprodutivos, agora a violência masculina funciona a serviço do lucro capitalista. As pessoas em todos os lugares estão ficando mais pobres porque os governos capturados pelo 1% impõem políticas de privatização lucrativas para saúde e educação, transporte e energia, reforçadas pelos mandatos do Banco Mundial e do FMI.

Trabalhadores, fazendeiros, donas de casa e natureza em geral são transformados em "colônias" pelo paradigma econômico patriarcal capitalista dominante. O modelo capitalista de desenvolvimento pela globalização expressa uma convergência de duas formas de violência: o poder das antigas culturas patriarcais combinado com o moderno domínio neoliberal do dinheiro. ■

Contato com Vandana Shiva <vandana@vandanashiva.com>
Twitter: @drvandanashiva

> “Buen Vivir”: genealogia e horizontes

por **Mónica Chuji**, intelectual amazônica Kichwa, ex-ministra de Comunicação do Equador; **Grimaldo Rengifo**, Projeto Andino de Tecnologias Camponesas (PRATEC), Peru; e **Eduardo Gudynas**, Centro Latino-Americano de Ecologia Social (CLAES), Uruguai

Mural pintado por Luísa Acauan Lorentz na parede externa de uma casa na zona rural de Porto Alegre, Brasil. Crédito: Luísa Acauan Lorentz, 2022.

A categoria de *buen vivir* ou “viver bem” expressa um conjunto de perspectivas sul-americanas que compartilham um questionamento radical do desenvolvimento e de outros componentes centrais da modernidade, ao mesmo tempo que oferecem alternativas que vão além dela. Não é semelhante ao entendimento ocidental de bem-estar ou boa vida, nem pode ser descrita como uma ideologia ou cultura. Expressa uma mudança mais profunda no conhecimento, na afetividade e na espiritualidade: uma abertura ontológica para outras formas de entender a relação entre humanos e não humanos que não implique a separação moderna entre sociedade e natureza. É uma categoria plural que está em construção e assume formas específicas em diferentes lugares e regiões. É heterodoxa porque hibridiza elementos indígenas com críticas internas à modernidade. As referências às ideias de *buen vivir* são registradas desde meados do século XX, mas seus significados atuais foram enunciados na década de 1990.

Nesse sentido, foram importantes as contribuições do *Projeto Andino de Tecnologías Campesinas* (Projeto Andino de Tecnologias Camponesas) no Peru; o *Centro Andino de la Agricultura y el Desarrollo Agropecuario* (Centro Andino da Agricultura e do Desenvolvimento Agropecuário) na Bolívia; e de diferentes intelectuais, bem como de lideranças sociais e indígenas, entre os quais se destaca Alberto Acosta, no Equador. Uma ampla gama de movimentos sociais apoiou essas ideias, que provocaram mudanças políticas na Bolívia e no Equador, e alcançaram o reconhecimento constitucional. O *Buen Vivir* inclui diferentes versões específicas para cada contexto social, histórico e ecológico. Ele se concretiza por meio da inovação, vinculação e hibridização de conceitos originários dos povos indígenas tradicionais com posturas críticas dentro da própria modernidade. Entre eles estão o *suma qamaña* do Aimara, o *ñande reko, sumak kawsay* do Guarani boliviano, o *allin kawsay* do Kichwa equatoriano e o *allin kawsay* do Quechua peruano. O *shür waras* equatoriano/peruano e o *küme morgen* do Mapuche chileno são conceitos análogos. Entre as contribuições ocidentais estão a crítica radical das questões de desenvolvimento, incluindo o pós-desenvolvimentismo; o reconhecimento da colonialidade do poder e do saber; as críticas feministas ao patriarcado; a ética alternativa que reconhece o valor intrínseco do não-humano; e as visões ambientais, como a ecologia profunda.

Não existe um *buen vivir* único; por exemplo, o *sumak kawsay* do Equador é diferente do *suma qamaña* da Bolívia. No primeiro caso, as traduções aproximadas às categorias ocidentais referem-se à arte de viver bem e harmoniosamente em comunidade, embora definida nas dimensões social e ecológica ao mesmo tempo. Enquanto isso, o último caso também aborda a convivência em comunidades mistas, mas em territórios específicos. Da mesma forma, é tão incorreto dizer que o *buen vivir* é uma proposição exclusivamente indígena, quanto dizer que implica em um

»

retorno a uma condição pré-colonial; embora essas contribuições sejam essenciais para sua construção.

Existem componentes compartilhados além da diversidade da categoria (Gudynas 2011). Todas as perspectivas questionam o conceito de progresso e a noção de uma única história universal. Elas estão abertas a processos históricos múltiplos, paralelos, não lineares e até circulares. Elas questionam o desenvolvimento por causa de sua obsessão com o crescimento econômico, o consumismo, a mercantilização da natureza e assim por diante. Essa crítica abrange variedades capitalistas e socialistas de desenvolvimento. Nessa perspectiva, falar em *buen vivir* socialista não faz sentido. As alternativas são tanto pós-capitalistas quanto pós-socialistas, desvinculando-se do crescimento e focando na satisfação completa das necessidades humanas do ponto de vista da austeridade. O *Buen vivir* desloca a centralidade do ser humano como único sujeito dotado de representação política e fonte de toda valoração.

Isso implica uma abertura ética (pelo reconhecimento do valor intrínseco dos não humanos e dos direitos da natureza), bem como uma abertura política (à aceitação de sujeitos não humanos). Confronta o patriarcado, mesmo no seio dos domínios rurais e indígenas, postulando alternativas feministas que revivem o papel fundamental das mulheres na defesa das comunidades e da natureza. A separação moderna entre humanidade e natureza também é questionada: o *buen vivir* reconhece comunidades extensas compostas por humanos e animais não humanos, plantas, montanhas, espíritos e assim por diante, em territórios específicos. Um exemplo disso é o conceito andino de *ayllu*: comunidades socioecológicas mistas enraizadas em um território específico.

O *Buen vivir* rejeita todas as formas de colonialismo e mantém distância do multiculturalismo. Defende, ao contrário, um tipo de interculturalidade que valoriza cada tradição de conhecimento, postulando assim a necessidade de refundar a política com base na plurinacionalidade. O *buen vivir* confere grande importância à afetividade e à espiritualidade. Os relacionamentos em comunidades estendidas não se restringem a trocas de mercado ou vínculos utilitários; em vez disso, eles incorporam reciprocidade, complementaridade, comunalismo e redistribuição, entre outras qualidades.

As ideias por trás do *buen vivir* têm sido objeto de duras críticas. Alguns consideram que refletem um reducionismo indígena, enquanto outros afirmam que, na verdade, são uma invenção da Nova Era. Intelectuais da esquerda convencional sustentam que são uma distração do verdadeiro objetivo, que não são alternativas ao desenvolvimento, mas alternativas ao capitalismo; eles também rejeitam o valor intrínseco dos não-humanos. Apesar desses argumentos, as ideias de *buen vivir* alcançaram forte e amplo apoio nos países andinos. A partir daí, elas se espalharam rapidamente pela América Latina e pelo cenário global, fornecendo as bases para alternativas específicas de desenvolvimento, como no reconhecimento constitucional dos direitos da natureza e da Pacha Mama; moratória sobre a perfuração na Amazônia; modelos de transição para o pós-extrativismo; ou cosmopolítica baseada na participação de atores não humanos.

Tornou-se evidente a aguda contradição entre essas ideias originais de *buen vivir* e as estratégias de desenvolvimento dos governos boliviano e equatoriano, que promoveram práticas extrativistas como a megamineração ou a extração de petróleo na Amazônia. Esses regimes "progressistas" tentaram superar essas contradições por meio de novas definições de *buen vivir*, seja como um tipo de socialismo no Equador, seja como desenvolvimento integral na Bolívia, inserindo-os assim na modernidade. Essas posições têm sido apoiadas por algumas agências estatais, intelectuais sul-americanos e intelectuais não sul-americanos que, apesar de suas intenções, estão apenas decretando a colonialidade das ideias. Apesar de tudo, as ideias originais do *buen vivir* foram mantidas. Continuam a alimentar a resistência social ao desenvolvimento convencional; por exemplo, no caso das manifestações indígenas e cidadãs na Bolívia, Equador e Peru em defesa do território, da água e da Mãe Terra. Isso demonstra que o *buen vivir* não se limita a alguns poucos intelectuais e ONGs, mas que conquistou um alto nível de apoio popular.

Em suma, o *buen vivir* é uma proposta em curso, alimentada por diferentes movimentos e ativistas, com seus avanços e retrocessos, inovações e contradições. Está inevitavelmente em construção, pois não é fácil ir além da modernidade. Deve necessariamente ser plural, pois abarca posições que questionam a modernidade ao mesmo tempo em que abre outras formas de pensar, sentir e ser – outras ontologias – enraizadas em histórias, territórios, culturas e ecologias específicas. No entanto, existem convergências claras dentro dessa diversidade que a distingue da modernidade, como a rejeição da crença da modernidade no progresso, o reconhecimento de comunidades estendidas decorrentes de visões de mundo relacionais e uma ética que aceita o valor intrínseco dos não humanos. ■

Siga os autores no Twitter: @Monicachuji / @PratecPRA / @EGudynas

> Ubuntu:
um conceito justo e empoderador e uma maneira de viver

por **Lesley Le Grange**, Universidade Stellenbosch, África do Sul

Madagáscar, Avenida dos Baobás.
Crédito: Antoni Socias, Unsplash.

Ubuntu é um conceito sul-africano que significa humanidade e implica tanto uma condição de ser quanto um estado de vir a ser. Diz respeito ao desdobramento do ser humano em relação a outros seres humanos e ao mundo mais que humano da natureza não humana. Em outras palavras, o devir de um humano depende de outros seres humanos e do cosmos. Além disso, *ubuntu* sugere que um ser humano não é o indivíduo atomizado da tradição ocidental, mas está inserido em relações sociais e biofísicas.

Ubuntu é, portanto, "anti-humanista" porque enfatiza a existência relacional e o devir do ser humano. *Ubuntu* é derivado de expressões proverbiais ou aforismos encontrados em várias línguas na África, ao sul do Saara. Nas línguas Nguni de Zulu, Xhosa e Ndebele faladas na África do Sul, *ubuntu* deriva da expressão: *Umuntungumuntungabanye Bantu*, que sugere que a humanidade de uma pessoa é idealmente expressa no relacionamento com os outros e, por sua vez, é uma verdadeira expressão da personalidade: "Nós somos, logo eu sou." *Botho* é seu equivalente nas línguas Sotho-Tswana e essa palavra é derivada da expressão proverbial: *Mothokemothokabathobabang*. *Ubuntu* compreende um dos elementos centrais de um ser humano. A palavra zulu para ser humano é *umuntu*, aquele que é constituído do seguinte: *umzimba* (corpo, forma, carne), *umoya* (respiração, ar, vida), *um-*

»

phefumela (sombra, espírito, alma), *amandla* (vitalidade, força, energia), *inhliziyo* (coração, centro das emoções), *umqondo* (cabeça, cérebro, intelecto), *ulwimi* (linguagem, fala) e *ubuntu* (humanidade).

> Uma forma tradicional de viver recuperada

Ubuntu é, no entanto, não apenas um conceito linguístico, mas tem uma conotação normativa que incorpora como devemos nos relacionar com o outro – qual é a nossa obrigação moral para com o outro. *Ubuntu* sugere que nossa obrigação moral é cuidar dos outros, porque quando eles são prejudicados, nós somos prejudicados. Essa obrigação se estende a toda a vida, pois tudo no cosmos está relacionado: quando prejudico a natureza, sou prejudicado.

Como todos os valores culturais africanos, o *ubuntu* circulava oralmente e de forma tradicional: seu significado estava entrelaçado nas práticas culturais e nas experiências vividas pelos povos africanos. Esses valores culturais foram corroídos ou apagados pela colonização. No entanto, na África pós-colonial, o *ubuntu* e seus equivalentes foram reinvocados como parte de um projeto descolonizador e também desfrutam de um apelo crescente globalmente como uma alternativa às noções dominantes de desenvolvimento que ameaçam a possibilidade de alcançar a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Por exemplo, alguns grupos afrodescendentes na América do Sul estão invocando o *ubuntu* para obter uma compreensão mais matizado do *buen vivir* [viver bem].

> Um conceito justo e empoderador

Ubuntu transmite a ideia de que não se pode perceber ou expressar o verdadeiro eu explorando, enganando ou agindo de forma injusta em relação aos outros. Sem a presença dos outros não se pode brincar, usar os sentidos, imaginar, pensar, raciocinar, produzir obras ou controlar o próprio ambiente. *Ubuntu*, portanto, retrata a solidariedade entre os humanos e entre os humanos e o mundo mais que humano. Pode ser invocado para construir solidariedades entre os seres humanos na luta por justiça social e sustentabilidade ambiental, que são preocupações centrais dos movimentos sociais em todo o mundo.

Este conceito inclui a proposta de que a criatividade e a liberdade humanas só devem ser restringidas quando prejudicam os outros. *Ubuntu* é a manifestação do poder dentro de todos os seres que serve para melhorar a vida, e nunca frustrá-la. É uma força produtiva, que conecta, que gera cuidado e compaixão – é a força da multidão que impulsiona os movimentos sociais. Essa forma de poder contrasta com o poder que impõe, que divide, que coloniza – o poder do soberano exercido por organizações supranacionais, governos, militares e o mundo corporativo. A última forma de poder resulta na erosão do *ubuntu*.

> Transformação multidimensional

O potencial transformador do *ubuntu* reside em fornecer leituras alternativas de alguns dos principais desafios enfrentados pela humanidade no século XXI: crescente desigualdade entre os humanos, desastre ecológico iminente e interconectividade humana com novas tecnologias na medida em que é difícil determinar o que é "ser humano" agora. Quanto ao último desafio, invocar o *ubuntu* traz para o primeiro plano a importância de afirmar a humanidade, não definindo o que é ser humano para declarar outras entidades "não-humanas", mas por meio de um processo que envolve o desdobramento do humano em um contexto de surgimento de novas tecnologias. Abordar a desigualdade no mundo sugere uma preocupação apenas com os humanos – é centrada no ser humano – enquanto abordar a crise ecológica estende esse interesse ao mundo mais do que humano – é ecocêntrico. O *Ubuntu* é transformador porque transcende o binário centrado no ser humano (antropocêntrico) e centrado no eco (ecocentrado).

A relacionalidade entre os seres humanos deve ser vista como um microcosmo da relacionalidade dentro do cosmos. Nutrir a si mesmo ou cuidar de outros seres humanos não é, portanto, antagônico a cuidar do mundo mais do que humano – *ubuntu* não pode ser simplesmente reduzido a uma categoria antropocêntrica ou ecocêntrica. O eu, a comunidade e a natureza estão inextricavelmente ligados uns aos outros – a cura em um domínio resulta na cura em todos, assim como o sofrimento experimentado transversalmente em todas as três dimensões. A luta pela liberdade individual, justiça social e sustentabilidade ambiental é uma única luta.

> Apropriação indevida para ser cauteloso

Dois limites potenciais do *ubuntu* podem ser identificados. Primeiro, uma interpretação etnocêntrica estreita do conceito poderia ser usada politicamente para excluir outros. Com isso, quero dizer que certos grupos que ganharam poder político na África pós-colonial podem alegar que o conceito lhes pertence – mesmo que isso possa contradizer o significado do termo – ou manter a visão de que não pode ser submetido a escrutínio crítico. Em outras palavras, o *ubuntu* poderia ser reduzido a um humanismo estreito que resulta em atrocidades como a xenofobia experimentada na África do Sul nos últimos tempos. Em segundo lugar, por causa de seu apelo popular, o *ubuntu* pode ser cooptado por organizações supranacionais, governos e pelo mundo corporativo para atender às suas próprias agendas; ou dada a predominância das formas ocidentais de conhecimento, poderia ser assimilado a um registro cultural ocidental, erodindo assim sua referência indígena. ■

Contato com Lesley: Le Grange <llg@sun.ac.za>
Twitter: @LesleyLeGrange

> Mapeando debates ecofeministas

por **Christelle Terreblanche**, Universidade de KwaZulu-Natal, África do Sul

Mural na fachada de um edifício em Caracol Oventic, território zapatista em Chiapas, México. Crédito: Vitória Gonzalez, 2017.

As ecofeministas explicam as conexões históricas, materiais e ideológicas entre a subjugação das mulheres e a dominação da natureza. Como membros de um movimento em evolução, elas falam para um corpo diversificado de teoria política, incluindo ética feminista, decolonial e ambiental, pedindo exame de como os conceitos fundamentais são incorporados e corrompidos por suposições tradicionais de sexo e gênero. Desde o seu início na década de 1960, a teoria ecofeminista foi inspirada pela ação direta de base. O ecofeminismo cresceu rapidamente ao lado dos movimentos antinucleares e pacifistas das décadas de 1970 e 80, e em meio à crescente preocupação pública com a degradação ambiental. Mulheres ativistas são encontradas onde quer que a reprodução social e ecológica da vida seja ameaçada: seja por lixo tóxico, violência racial, exploração das trabalhadoras do cuidado, perda de biodiversidade, desmatamento, sementes comoditizadas ou desapropriação de terras ancestrais para "desenvolvimento".

As ecofeministas afirmam que a emancipação humana de atitudes historicamente patriarcais não pode ser alcançada sem a libertação de todos os "outros" seres. Elas veem como mulheres no Norte Global, e camponesas e povos indígenas no Sul Global podem se combinar em uma única voz política autêntica. A razão é que esses agrupamentos sociais são hábeis em cuidar da vida humana e não humana. Como política, o ecofeminismo é, portanto, sui generis e não simplesmente um desdobramento do feminismo, do marxismo ou da ecologia. Apesar de alguma fertilização cruzada de ideias, o ecofeminismo rearticula as preocupações feministas sobre a igualdade social, vinculando-as à justiça e à integridade ambiental.

> Uma revolução reconstrutiva que oferece autoconsciência reflexiva

O ecofeminismo às vezes é considerado como um renascimento da sabedoria antiga sobre a interconexão de "toda a vida". Um exemplo seriam as mulheres indianas Chipko que, séculos atrás, protegiam as florestas da extração de madeira, com os braços em volta das árvores. No entanto, o termo atual ecofeminismo é atribuído ao apelo da feminista francesa Françoise d'Eaubonne em

»

1974 por uma revolução para salvar a ecosfera: uma reconstrução total das relações entre humanos e natureza, e também entre homens e mulheres. A análise histórica da pioneira teórica Carolyn Merchant sobre a revolução científica europeia, *The Death of Nature* [A morte da natureza], expôs a determinação dos pais da modernidade em dominar a soberania reprodutiva das mulheres por meio de uma caça institucionalizada às bruxas. O conhecimento especializado de fitoterapeutas e parteiras foi substituído por uma "profissão de medicina" postulando a natureza e o corpo como "máquinas". Isso aboliu o princípio da precaução inerente aos trabalhos de cuidado das mulheres, reforçando ao mesmo tempo uma antiga ontologia dualista da superioridade racional dos homens e controle sobre "outros", como mulheres "indisciplinadas" e natureza "caótica".

Os modernistas liberais dominantes muitas vezes leram a crítica ecofeminista de cabeça para baixo como consolidando a ideia patriarcal de que mulheres ou nativos são "essencialmente mais próximos da natureza" e, portanto, inferiores. Na verdade, as ecofeministas desconstroem velhos binarismos hegemônicos decorrentes do dualismo "homem sobre a natureza", revelando exatamente como eles são usados por pessoas de sexo-gênero, etnia e privilégio de classe para manter sua dominação social "alterizando-os". Entendido dessa maneira, um ponto de vista ecofeminista pode ajudar a aprofundar a autoconsciência reflexiva de uma pessoa sobre como ela mesma é servida pelas relações de poder existentes.

> Trabalho feminino, conhecimento ecológico e críticas materialistas

Internacionalmente, as mulheres fazem 65% de todo o trabalho por 10% dos salários, enquanto que, no Sul Global, as mulheres produzem de 60% a 80% de todos os alimentos consumidos. Após pesquisas na África colonial e na América do Sul, Maria Mies e seus associados da Escola Alemã de Bielefeld propuseram uma "perspectiva de subsistência" validando o conhecimento ecológico de mulheres e camponeses como produtores e provedores de vida[1]. Desde a década de 1980, esse argumento econômico mobilizou o ecofeminismo como uma política pós-desenvolvimentista, antecipando alternativas contemporâneas como o *buen vivir* [viver bem] indígena latino-americano ou a visão de mundo de "vida boa" e a recente atenção europeia ao decrescimento e economias solidárias. Outra exposição de "mau desenvolvimento" foi o relato de Vandana Shiva sobre como a soberania alimentar comunal alcançada pelas agricultoras indianas foi perdida após a introdução das tecnologias da Revolução Verde do século XX.

À medida que as soluções financeiras e tecnológicas aprofundam a crise ecológica, as ecofeministas descobrem o complexo caráter de classe, etnia e gênero da apropriação capitalista. Sendo uma política materialista baseada no trabalho, ela não é essencialista; ela conecta os pontos entre o consumo excessivo no afluente industrializado Norte Global e suas "torneiras e pias" no Sul Global. Pois são as periferias do produtivismo patriarcal capitalista que carregam suas consequências poluentes – como a dívida ecológica para as comunidades indígenas e como uma dívida incorporada para as mulheres vivas e para as gerações futuras. Ecofeministas materialistas como Ariel Salleh, Mary Mellor, Ewa Charkiewicz, Ana Isla e outras vinculam subsistência e ecossuficiência[2]. Suas críticas estruturais à economia reducionista apontam para sua visão cega do trabalho reprodutivo nas casas e nos campos – e dos ciclos naturais dos quais o capitalismo depende.

> Uma resposta meta-industrial ecofeminista à crise ambiental

As ecofeministas argumentam que esse trabalho reprodutivo se opõe a *priori* à valorização capitalista e marxista da produção e do valor de troca como o motor da acumulação. Salleh conceitua trabalhadoras reprodutivas tácitas – mulheres, camponesas e indígenas – como uma "classe meta-industrial" majoritária em todo o mundo cujas habilidades expressam uma epistemologia e ética "materialista corporificada". Seus modos regenerativos de provisão à beira da natureza são uma resposta política e material pronta para a crise ambiental. Essas trabalhadoras existem em todo o mundo em uma vasta, mas aparentemente invisível, colcha de retalhos de trabalho não alienado, mantendo a vida em uma complexa teia de relações humanidade-natureza. O trabalho meta-industrial infunde ciclos ecológicos com um "valor metabólico" líquido positivo. Claramente, o ecofeminismo expande o foco da análise de classe marxista tradicional. E, de fato, sua teorização dos fundamentos "naturalizados" da apropriação capitalista por meio do trabalho reprodutivo está sendo adotada pela esquerda acadêmica. Há sempre o risco, no entanto, de que as teorizações das mulheres sejam reembaladas em metanarrativas patriarcais existentes.

> Emancipação comunitária convergente e cuidado

Uma política ecofeminista visa promover a emancipação humana por meio de economias solidárias regenerativas baseadas no compartilhamento. Ela coloca a complexidade antes da homogeneidade, a cooperação antes da competição, os bens comuns antes da propriedade e o valor de uso antes do valor de troca. Essa política emancipatória está ganhando reconhecimento por sua capacidade de elucidar convergências entre as preocupações da ecologia, feminismo, marxismo e ética indígena centrada na vida, como swaraj na Índia e o ethos africano de ubuntu. A análise que fornece a oferta de uma base sociológica sistêmica para todas as alternativas de pós-desenvolvimento que buscam igualdade e modos de vida sustentáveis. As ecofeministas defendem uma visão de mundo baseada no cuidado com a diversidade de todas as formas de vida. ■

Contato com Christelle Terreblanche <terreblanche.christelle@gmail.com>

1. Mies, Maria e Shiva, Vandana (1993) *Ecofeminism*. London: Zed Books.
2. Salleh, Ariel (Ed.) (2009) *Eco-Sufficiency and Global Justice: Women Write Political Ecology*. [Ecosuficiência e Justiça Global: Mulheres escrevem Economia Política]. Londres: Pluto *Press*.

> Direitos da natureza e jurisprudência da Terra

por **Cormac Cullinan**, advogado ambiental, África do Sul

Pachamama (tinta da China sobre papel). Crédito: Luísa Acauan Lorentz, 2019.

A maioria das civilizações contemporâneas está organizada para maximizar o produto interno bruto (PIB) de maneiras que degradam o meio ambiente e contribuem para as mudanças climáticas. Essas civilizações provavelmente entrarão em colapso durante o século XXI, a menos que possam ser reorientadas para promover o bem-estar humano, aumentando a integridade e a vitalidade das comunidades ecológicas nas quais estão inseridas. Os defensores dos direitos da natureza, também conhecidos como direitos da Mãe Terra, argumentam que, para alcançar essa transição, os sistemas jurídicos devem reconhecer que todos os aspectos da natureza são sujeitos jurídicos com direitos inerentes e devem defender esses direitos. O reconhecimento legal dos direitos da natureza tanto contextualiza os direitos humanos como uma expressão específica dos direitos da natureza, uma vez que as pessoas fazem parte da natureza, quanto cria deveres para os seres humanos e pessoas jurídicas de respeitar os direitos da natureza.

O reconhecimento legal dos direitos da natureza é um aspecto de um discurso mais amplo sobre a jurisprudência da Terra e outras abordagens ecológicas para governar as sociedades humanas. A jurisprudência da Terra é uma filosofia de direito e governança que visa orientar as pessoas a coexistir harmoniosamente dentro da comunidade da Terra, em vez de legitimar e facilitar sua exploração e degradação. Os direitos da natureza, como os direitos humanos, são concebidos como inerentes e inalienáveis, e surgem da mera existência do titular dos direitos. Isso significa que todo ser ou aspecto da natureza, incluindo as pessoas, deve, no mínimo, ter o direito de existir, o direito de ocupar um lugar físico e o direito

»

de interagir com outros seres de uma maneira que lhe permita cumprir seu papel único nos processos ecológicos e evolutivos.

> Direitos da natureza explicitados na lei

A expressão contemporânea mais significativa dos direitos da natureza é a Constituição do Equador, aprovada em setembro de 2008. Posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra (*UDRME*) foi proclamada por uma Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra em Cochabamba, Bolívia, em 22 de abril de 2010. A Constituição do Equador declara: "A natureza ou Pachamama, onde a vida se reproduz e existe, tem o direito de existir, persistir, manter e regenerar seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos" (artigo 71). A Constituição deixa claro que o reconhecimento dos direitos da natureza visa criar um quadro no qual os cidadãos possam desfrutar de seus direitos e exercer suas responsabilidades para alcançar o bem-estar através da convivência harmoniosa na natureza. Além disso, seria um quadro que exige tanto do Estado como dos particulares o respeito e a defesa dos direitos da natureza e obriga o Estado a garantir um modelo de desenvolvimento que seja consistente com isso. A legislação da Nova Zelândia reconhece o rio Whanganui e a área de Te Urewera como entidades legais com direitos. Os tribunais na Índia reconheceram os rios Ganga e Yamuna, as geleiras Gangotri e Yamunotri de onde esses rios fluem e florestas e cursos de água relacionados como entidades legais com direitos. A Corte Constitucional da Colômbia reconheceu a bacia do rio Atrato como pessoa jurídica com direito à "proteção, conservação, manutenção e restauração".

> A visão de mundo consumista

Modernidade, capitalismo e consumismo surgem da visão profundamente antropocêntrica de que os seres humanos são separados da natureza e podem transcender suas leis. Este excepcionalismo humano vê a Terra como uma coleção de recursos que existem com o propósito de gratificação humana. Uma vez que os recursos são entendidos como escassos, superar os outros para garantir uma parcela maior é considerado de suma importância. Essa visão de mundo é a base da maioria dos sistemas jurídicos atuais. A lei define a natureza (exceto os seres humanos) como "propriedade" e concede ao proprietário amplos poderes de decisão em relação a esses "bens" e o poder de monopolizar os benefícios deles. Isso fornece a base para sistemas econômicos e políticos que concentram riqueza e poder e legitimam decisões que priorizam os interesses econômicos de curto prazo de uma pequena minoria de humanos sobre os interesses coletivos da comunidade da Terra e da própria vida.

> A visão de mundo ecocêntrica

O reconhecimento de que a natureza tem direitos, por outro lado, é baseado em uma visão de mundo ecocêntrica que vê os humanos como uma forma de vida particular ou aspecto da Terra que desempenha um papel único, mas não preeminente, dentro da comunidade da Terra. Por exemplo, o Preâmbulo e o primeiro artigo da *UDRME* [Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra] referem-se à Terra como uma comunidade viva e autorregulada de seres inter-relacionados que sustenta todos os seres e, consequentemente, prioriza a manutenção da integridade e saúde de toda a comunidade da Terra. Os defensores dos direitos da natureza apontam para as descobertas de ramos da ciência, como física quântica, biologia e ecologia, a fim de fornecer evidências de que todos os aspectos do cosmos estão interconectados e refutar as crenças amplamente aceitas de que os seres humanos são separados e superiores à natureza. Essa abordagem também se baseia na sabedoria e nas tradições antigas e nas cosmologias dos povos indígenas, que veem a Terra como uma comunidade sagrada de vida e exigem que os humanos mantenham relacionamentos respeitosos com outros seres.

A jurisprudência da Terra e os direitos da natureza representam um desafio fundamental para todos os aspectos do discurso dominante do "desenvolvimento", e para o capitalismo e para o patriarcado. Eles postulam uma compreensão diferente do papel da humanidade, o propósito fundamental das sociedades humanas e como promover o bem-estar humano. Por exemplo, de uma perspectiva ecocêntrica, o *desenvolvimento* é entendido como o processo pelo qual um indivíduo desenvolve maior profundidade, complexidade, empatia e sabedoria por meio do inter-relacionamento ou "inter-ser" com a comunidade da vida. Essa é a antítese do significado contemporâneo de *desenvolvimento*, que envolve explorar e degradar sistemas naturais complexos para aumentar o PIB.

> Um novo movimento e um novo manifesto

Desde 2008, os direitos da natureza e a jurisprudência da Terra tornaram-se um aspecto cada vez mais proeminente do discurso de movimentos sociais, ativistas ambientais e de justiça social e povos indígenas em todo o mundo. Esses conceitos se tornaram um tema central das discussões nas Nações Unidas sobre "viver em harmonia com a natureza" e foram incorporados aos programas de vários partidos políticos verdes e ecossocialistas. Os direitos da natureza e a jurisprudência da Terra abordam as raízes mais profundas dos problemas ambientais e sociais contemporâneos. Eles fornecem um manifesto que transcende raça, classe, nacionalidade e cultura; eles são baseados em uma compreensão de como o universo funciona – uma compreensão que é mais precisa do que visões de mundo antropocêntricas, mecanicistas e reducionistas. Os direitos da natureza fornecem uma base para um movimento global baseado em direitos que pode mudar as normas de comportamento humano aceitável, como aconteceu com os direitos humanos. Esses pontos fortes significam que, embora o movimento pelos direitos da natureza ainda esteja em sua infância, sua influência provavelmente continuará a crescer cada vez mais rapidamente e tem o potencial de ter um profundo impacto global. ■

Contato com Cormac Cullinan <cormac@greencounsel.co.za>

> Tendências pós-pandêmicas

e as fases da modernidade

por **José Maurício Domingues**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Teoria Sociológica (RC16) e Sociologia Histórica (RC56)

A pandemia de coronavírus/COVID-19 que se abateu sobre o mundo em 2019-20 implicou uma mudança radical na articulação entre Estado e sociedade. Desde 2008, o neoliberalismo estava em xeque. A pandemia trouxe repentinamente o que pode ser chamado de *keynesianismo de emergência* e uma ampliação da política social para manter países inteiros à tona. O que há poucos meses ou mesmo dias antes era inimaginável tornou-se possível: as medidas tomadas e a quantidade de dinheiro jogado na economia e nas redes de segurança foram assombrosos. Houve um surpreendente retorno do Estado, com todas as suas "capacidades", para enfrentar a situação[1].

Podemos falar de uma mudança de época, ou são apenas mudanças de menor importância que observamos? As mudanças vão durar? É este um momento indicativo na trajetória estável da política?[2] A seguir, esboçarei uma resposta sobre a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais, com uma discussão prévia sobre as fases da modernidade. No que se refere estritamente ao sistema político, prevalece a continuidade, apesar das mudanças mais profundas exigidas em muitos setores da sociedade. A democracia liberal é um regime misto, e a tendência para mais oligarquia e menos democracia, que se desenvolve desde os anos 80 (para *sistemas políticos oligárquicos avançados*), não se reverteu. Há também um aumento evidente na vigilância. Os políticos continuam muito preocupados consigo mesmos, com seu poder e com os ricos, embora a pressão por políticas sociais mais robustas esteja aumentando. O individualismo é galopante, e a pandemia pode tê-lo exacerbado, provocando atitudes principalmente defensivas e voltadas para o privado, em contraste, por exemplo, com a intensificação da sociabilidade após a pandemia da "gripe espanhola" um século antes. Esta é certamente uma questão que aguarda análise sociológica. O que tenho a dizer aqui se aplica apenas em parte ao mundo do renovado sistema partido-estado-combinado-com-capitalismo, onde a presença do estado é muito mais intensa e opera um sistema político muito mais autoritário. No entanto, em relação às políticas sociais, a prevalência do liberalismo social é reveladora.

> A modernidade e suas fases

A modernidade – inclusive a modernidade política – é uma divergência evolutiva contingente. Contou, no entanto, com elementos civilizacionais previamente desenvolvidos com características cada vez mais globais, juntamente com hibridações, e suas forças dominantes que venceram o desafio relativamente efêmero apresentado pelo coletivismo autoritário. Desenvolveu-se, desde finais do século XVIII, em três fases distintas (como mostram os trabalhos de Offe, Lash e Urry, Castells, Wagner, Domingues e outros). A primeira era liberal e voltada para o mercado (ou encarava isso como um programa); era simultaneamente colonial (embora as Américas já fossem independentes). A segunda foi baseada no estado, em todo o mundo. Embora a estrutura econômica e jurídica liberal tenha permanecido em vigor, o "socialismo real" (mais apropriadamente chamado de coletivismo autoritário) radicalizou os elementos estatais que emprestou da modernidade, descartando a infraestrutura liberal e de mercado. Iniciou-se então uma terceira fase, mais complexa, mais individualista, com maior presença de redes – ao lado do mercado reforçado e do Estado – e sob a égide do neoliberalismo.

Estaremos, no mundo pós-pandemia, testemunhando a emergência de uma nova fase, ou será apenas uma inflexão que se deu na terceira fase? Fora do domínio do partido-Estado, o neoliberalismo era o dominante na cidade até recentemente (e seus apoiadores lutam para manter seu domínio). No entanto, podemos supor que a associação da terceira fase da modernidade com o neoliberalismo foi meramente contingente, independentemente da marca profunda que deixará no mundo, aconteça o que acontecer.

»

"Podemos falar de uma mudança de época, ou são apenas mudanças de menor importância o que observamos? As mudanças serão duradouras?"

> O Estado, a economia e a política social

Já antes da pandemia, o neoliberalismo era visto como muito limitado para lidar com a economia; mais ou menos explícita ou implicitamente, os governos já estavam se afastando de alguns de seus princípios, e agora agentes poderosos parecem estar cada vez mais conscientes do problema. A implementação da mudança tem sido mais complicada, porém, com inconsistências, resistência e opacidade frequentemente caracterizando desenvolvimentos recentes. Embora não possa desenvolver aqui esta questão, a geopolítica e a competição entre a China e os países ocidentais também surge como pano de fundo das transformações atuais, sendo que o primeiro já há muito se vale de uma mistura complexa de neoliberalismo e forte intervenção estatal.

Tomemos por exemplo a União Europeia. Podemos discernir três possíveis cenários futuros: um conservador (negócios, como sempre); outro um tanto caótico e conflituoso; e outro transformador, na qual são alcançados os objetivos de enfrentar os desafios das mudanças climáticas (principalmente por meio de uma transição energética), digitalização e reformulação da política social, além de mudanças na tributação. O projeto NextGenerationEU [NovaGeraçãoUE], com fundos comuns de dinheiro emprestado no mercado, já move a UE na direção da terceira dessas possibilidades, com um fortalecimento do "Estado europeu", que pode facilitar as tarefas até mesmo de poderosos Estados nacionais (combinando com eles; por exemplo, através do financiamento de até 40% do plano de relançamento da França que visa decretar a renovação tecnológica até 2030). Com relação à tributação, além de uma taxa fixa global de 15% sobre as empresas, a fim de evitar seus esquemas de paraíso fiscal e, de forma mais geral, a evasão fiscal, pouco se tem discutido (exceto nos Estados Unidos, onde os impostos sobre os ricos têm sido cortado). De qualquer forma, uma alíquota global de impostos sobre corporações, que especialistas e políticos discutiram por algum tempo quando a pandemia estourou, ainda pode ser limitada, como argumentam os críticos, mas é sem precedentes. Se ela vai crescer em força é discutível (na Alemanha, por exemplo, manobras para evitar o respeito à cláusula constitucional que proíbe novas dívidas foram adotadas, com pouco barulho), mas é provável que um movimento nessa direção avance. De qualquer forma, o sistema político mediará essas mudanças regulatórias. Nos Estados Unidos, a eventual aprovação em agosto de 2022, após acirrada disputa, do projeto de 740 bilhões de dólares do Partido Democrata para combater a inflação, pressionar pela substituição de combustíveis fósseis por energia renovável e reduzir custos com remédios foi um avanço, embora bem mais modesto do que o esperado pela esquerda.

Cabe realçar as propostas para financiar a renovação das infraestruturas econômicas, nomeadamente ao nível da digitalização mas também de coisas mais prosaicas como pontes e estradas, e permitir uma transição em fontes de energia capazes de mitigar as alterações climáticas em curso tanto nos EUA e Europa. Estão em jogo sobretudo áreas estratégicas, especificamente de alta tecnologia, com destaque para os microchips; muito dinheiro e novos organismos dentro do Estado promoverão tais objetivos e a aquisição estatal de produtos inovadores (a utilidade de tal estratégia foi reforçada pela forma como as vacinas contra o coronavírus foram apoiadas pelo Estado). A política industrial está de volta: embora muito diferente de seu apogeu nos países liberal-capitalistas (isto é, mais "indicativos"), tornou-se muito mais relevante, em comparação com o que aconteceu no último quarto do século XX e no início do XXI. Alguns falam de um retorno do planejamento, especialmente no que diz respeito às mudanças climáticas e à transição energética. De qualquer forma, as limitações orçamentárias em geral se tornaram muito mais suaves – enquanto os gastos se tornaram elásticos, incluindo até mesmo numerosas operações de resgate.

Na regulamentação comercial e financeira, uma verdadeira mudança está ocorrendo. Durante décadas, as políticas antitruste foram minimizadas, com a suposição de que haviam se tornado autodestrutivas. Desde o governo Reagan, eles deveriam se preocupar com o bem-estar do consumidor. Assim, o *dumping*, a redução de preços para derrotar os concorrentes, por exemplo, não era visto como um problema. O objetivo era proteger a concorrência como tal, não concorrentes específicos. Assim, alianças e fusões que criavam oligopólios gigantescos não mereciam intervenção. Isso está sendo completamente revisado, com as políticas antitruste se tornando muito mais abrangentes e detalhadas. Além disso, o esquema regulatório se expandiu de uma abordagem institucional americana típica e mais limitada para lidar com serviços de mercado para consumidores, em particular, de bens públicos básicos semelhantes a monopólios (telefonia e

»

correio, água e esgoto, ou trens e aviação) para abranger política social e outras atividades.

No entanto, no que se refere à política social, parece que estamos obtendo mais do mesmo. Liberalismo social, com uma política de duas camadas – uma, baseada no mercado para os ricos; a outra, provida pelo Estado para os pobres – tornou-se sabedoria comum. Até agora, destaque na evolução da política social, abalando a estabilidade do liberalismo social em constante expansão, emergiu de forma robusta. Considerando que a saúde pode se tornar mais universal, pela primeira vez uma resposta social liberal globalizada parece estar emergindo em termos mais gerais. Se antes havia diferenças significativas, especialmente entre o centro do sistema global (além de alguns países autoritários coletivistas) e a periferia, os primeiros com políticas mais robustas e tendencialmente universalistas, hoje o liberalismo social tem uma inquestionável vantagem global. Concentra-se na pobreza (na "equidade", não na igualdade). Apesar da insatisfação social generalizada, nenhuma força organizada tem mostrado força suficiente, ou mesmo realmente tentado, desviar a política social em direção ao universalismo e à plena cidadania social.

O que está claramente definido para prevalecer são os programas de transferência de renda. Isso pode acontecer de acordo com os subsídios mínimos latino-americanos e focalização[3] – para combater, mas também, administrar politicamente a pobreza – encontrados em todos esses países, mas também em outros lugares; ou seguindo o extremamente mesquinho *Arbeitslosengeld* II alemão (conhecido como Hartz IV), com sua lógica de trabalho. Eles são uma farsa em um mundo cada vez mais rico e desigual. É verdade que algo como o novo e melhorado *Bürgergeld* alemão pode eventualmente indicar novos caminhos social-democratas, entre pequenas quantias de dinheiro e provisões universais mais generosas para os desempregados merecedores, apesar da firme resistência dos democratas-cristãos (ver também o recente *Reddito* de *cittadinanza* italiano, tornado ainda mais mesquinho pelo governo Meloni). De qualquer forma, como as coisas estão agora, a mudança será limitada.

> O futuro

Só o tempo dirá: é possível que a coruja de Minerva só abra as asas ao entardecer. Mas podemos pelo menos destacar algumas tendências específicas que parecem ter se desenvolvido nos últimos anos e provavelmente se intensificarão. Reconhecidamente, tudo depende do desdobramento de ideias e programas, e particularmente de lutas políticas, cujos resultados parecem, no entanto, apontar consistentemente em uma direção. Os desenvolvimentos têm sido até agora desiguais em todo o mundo.

Podemos esperar que a mudança introduza uma era muito mais generosa, mais verde e solidária na história da humanidade. No entanto, isso parece improvável; mas não significa que não esteja emergindo uma nova fase da modernidade, ou uma inflexão dentro da terceira. Sua direção final, no entanto, ainda é incerta. ■

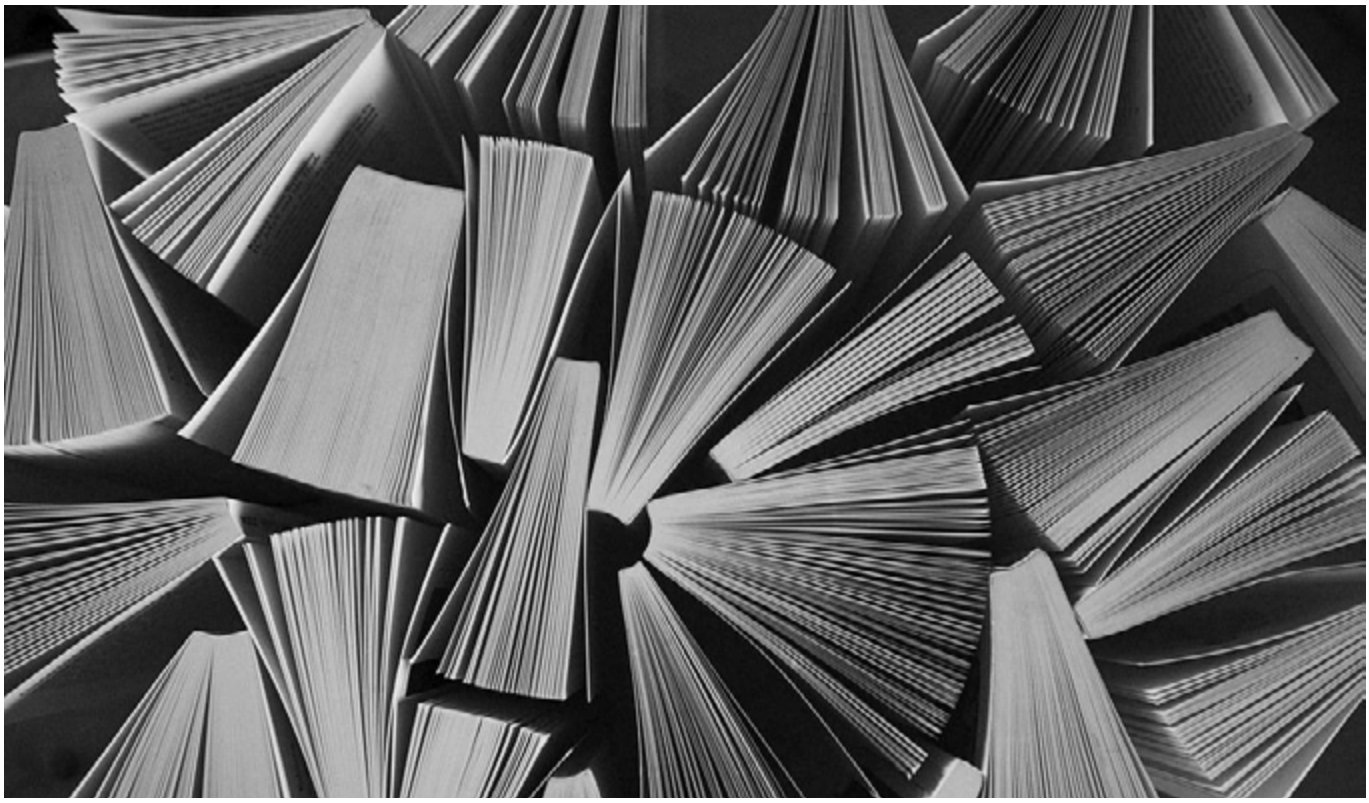
Contato com:
José Maurício Domingues <jmdomingues@iesp.uerj.br>

1. Domingues, José Maurício (2020), "From global risk to global threat: State capabilities and modernity in times of coronavirus" [Do risco global à ameaça global: Capacidades estatais e modernidade em tempos de coronavirus], *Current Sociology*, 70(1), 6-23.
2. Baumgartner, Frank and Jones, Bryan (2009) *Agendas and Instability in American Politics*. [Agendas e Instabilidade na Política Americana]. Chicago: Chicago University Press.
3. Domingues, José Maurício (2019) "Social liberalism and global domination" [Liberalismo social e dominação global]. In: Heriberto Cairo and Breno Bringel (Eds.) *Critical Geopolitics and Regional (Re)Configurations: Interregionalism and Transnationalism between Latin America and Europe* [Geopolítica Crítica e (Re) Configurações Regionais: Inter-regionalismo e Transnacionalismo entre América Latina e Europa]. London: Routledge, 49-62.

> (Re)Abrindo as ciências sociais:

os desafios da ciência aberta[1]

por **Fernanda Beigel**, CONICET e Universidade Nacional de Cuyo, Argentina, e membro da Direção do Comitê de Pesquisa da ISA sobre História da Sociologia (RC08)



Credito: Pixabay.

Em 1996, o ex-presidente da ISA, Immanuel Wallerstein, exortou a comunidade internacional a reestruturar as ciências sociais no conhecido Relatório da Comissão Gulbenkian. O relatório questionou o desenvolvimento dessas disciplinas no século XIX, quando acompanharam o desenvolvimento dos estados coloniais europeus, transformando suas experiências e observações particulares em uma construção teórica supostamente universal. A consolidação e institucionalização dessas disciplinas exigiu que cada uma delas tivesse metodologias especializadas, o que fortaleceu as divisórias que separavam a análise do social. Sob o lema "Abrir as ciências sociais", o relatório identificou a necessidade de abandonar o Eurocentrismo e promover o multilinguismo, a interdisciplinaridade, a transparência dos processos de pesquisa e a colaboração internacional.

Recentemente, a UNESCO adotou sua "Recomendação sobre Ciência Aberta", que se baseia em preocupações semelhantes e visa divulgar os resultados (através do acesso aberto às publicações) e o processo (através do acesso aberto aos dados) da pesquisa científica. A ciência aberta abrange todas as disciplinas científicas e todos os aspectos das práticas acadêmicas, incluindo ciências básicas e aplicadas, ciências naturais, ciências sociais e humanidades. Enfatiza a necessidade da ciência tradicional estar aberta a diferentes sistemas de conhecimento. Também recomenda a colaboração ativa com diferentes setores da sociedade e o envolvimento ativo com os problemas relevantes para a sociedade (ciência cidadã).

Com 25 anos entre uma publicação e outra, a principal diferença entre esses dois projetos globais reside no »

caráter digital da ciência aberta e sua ênfase na abertura do processo de pesquisa (dados abertos, avaliação aberta) por meio de infraestruturas colaborativas. Por outro lado, o que une os dois projetos é a preocupação com as desigualdades estruturais que afetam o processo de circulação do conhecimento e a necessidade de garantir a diversidade epistemológica e o multilinguismo.

> Protegendo a abertura dos dados nas ciências sociais

Por suas características epistemológicas, relações com os assuntos que estudam e métodos de investigação, as ciências sociais e humanas apresentam desafios específicos ao projeto de ciência aberta. A abertura indiscriminada de seus processos de pesquisa e dos dados coletados têm implicações que afetam a privacidade dos indivíduos e podem colocar em risco comunidades subalternas. No entanto, códigos de ética, normas de "*habeas data*" e legislações nacionais sobre o uso de dados pessoais fornecem um quadro suficiente para salvaguardar esses aspectos, razão pela qual é necessário refletir sobre a resistência ao compartilhamento de dados de pesquisa nas ciências sociais e humanas.

Em disciplinas menos acostumadas ao trabalho em equipe, grande parte dessa resistência é alimentada pelo medo de perder os direitos de propriedade intelectual sobre o trabalho ou diminuir o resultado de realizações individuais em termos acadêmicos ou teóricos. Como também nas ciências "duras", há um reconhecimento declarativo do valor social da ciência, mas uma dificuldade em aceitar que a pesquisa financiada publicamente seja um bem comum. A implicação direta é que o conhecimento é cumulativo e devemos evitar coletar as mesmas informações repetidamente de diferentes equipes de pesquisa. Há também alguma resistência isolada nesta área relacionada ao reconhecimento íntimo das fraquezas empíricas das pesquisas que não resistiriam ao escrutínio aberto das evidências.

Uma das principais vantagens de disponibilizar dados abertamente à comunidade científica e gerar infraestruturas colaborativas é que essas plataformas são interoperáveis e permitem a integração de informações sobre as pessoas que produziram cada objeto digital, suas instituições, projetos e saídas de acesso aberto. Os repositórios institucionais desempenham um papel fundamental na curadoria de objetos digitais. Espera-se que conjuntos de dados e produtos científicos de diferentes tipos possam ser depositados juntamente com a avaliação acadêmica que lhes confere seu selo de qualidade. A avaliação aberta, aspecto da ciência aberta ainda não consensual globalmente, pode favorecer o diálogo do conhecimento e ajudar a resolver objeções ideológicas ou disputas teóricas que estão na ordem do dia nessas disciplinas e muitas vezes acabam desafiando a publicação de um artigo.

No entanto, a Ciência Aberta não prenuncia apenas vantagens. O uso dominante do inglês como código de interoperabilidade promove desigualdades, reforça a exagerada homogeneização da divulgação científica em inglês e põe em risco a bibliodiversidade. Enquanto isso, uma aceleração do acesso aberto às publicações científicas tem sido estimulada, principalmente na Europa, por meio de programas como o "Plan S" da "Coalition S" e a imposição de cobranças diretas aos autores (taxas de processamento de artigos: APCs). O aumento indiscriminado e gradativo de APCs para garantir as exorbitantes taxas de lucro da indústria editorial já está gerando uma maior segmentação entre pesquisadores de países hegemônicos e não hegemônicos. O projeto de Ciência Aberta é uma construção contínua com tensões e lutas.

> Questionando o Eurocentrismo e implementando a Ciência Aberta contextualizada

Revisitar o projeto de abertura das ciências sociais lançado pelo Relatório Gulbenkian coordenado por Immanuel Wallerstein permite recuperar a vitalidade de um programa que questionou os fundamentos de um sistema de conhecimento eurocêntrico e colonial que hoje faz parte do projeto de ciência aberta. Ao mesmo tempo, questiona a participação relativamente marginal das ciências sociais e humanas em um projeto que essas disciplinas poderiam abraçar com mais entusiasmo. A especificidade da investigação desenvolvida na sociologia e nas demais ciências sociais e humanas, tanto na dinâmica etnográfica como na coprodução de conhecimento com grupos sociais vulneráveis, coloca dificuldades na partilha de dados de investigação. As razões para isso são diversas e devem-se à natureza sensível da informação sobre pessoas ou organizações e ao tipo de dados que constroem, que só por vezes encontram lugar nos formatos estabelecidos para a partilha de conjuntos de dados em repositórios institucionais.

Nesse sentido, a capacitação no nível institucional é essencial para recuperar todos os conjuntos normativos envolvidos e disseminar princípios e boas práticas de ciência aberta. Além disso, há necessidade de um compromisso mais significativo dos pesquisadores para avançar na abertura de dados de pesquisa com financiamento público e na revisão e contextualização dos módulos de dados abertos para adaptá-los às necessidades específicas de cada campo de estudo.

Uma das principais dimensões da ciência aberta, a ciência cidadã, encontra um rico terreno teórico e prático para o desenvolvimento da ciência participativa nas ciências sociais. A América Latina desenvolveu uma tradição teórica e seus métodos de ciência participativa por décadas. Além das contribuições de Fals Borda, experiências como a Educação Popular de Paulo Freire e as Epistemologias do Sul são marcos. A maioria das universidades latino-americanas vem implementando projetos de extensão (terceiro pilar) desde o início do século XX. Essas interações entre universidades e sociedade oferecem um acúmulo de práticas que promovem a coprodução de conhecimento e estabelecem seu itinerário para ampliar o caráter participativo da ciência aberta.

»

Nesse sentido, a novidade da ciência participativa surge não quando certos grupos sociais são "convidados" a colaborar com os cientistas, mas quando ela está vinculada ao direito à ciência e ao direito de investigar. Para que a ciência participativa seja efetivamente aberta e exercida como um direito humano básico, devemos reconhecer que os pesquisadores não são proprietários dos dados coletados com recursos públicos. E, acima de tudo, as comunidades que participam da pesquisa social não podem ser instrumentalizadas como meras coletoras de informações sem direito a processamento e interpretação.

A Ciência Cidadã não é prerrogativa das ciências sociais. Ao contrário, as experiências pesquisadas estão, em sua maioria, ligadas às ciências ambientais. Mas algumas regiões do mundo – principalmente as mais periféricas – têm a tradição de construir uma ciência da ação participativa que oferece uma série de princípios metodológicos que podem ser ampliados. No nível universitário, o conjunto de práticas e experiências reunidas na tradição da extensão crítica representa um acúmulo de conhecimentos cruciais para o desenvolvimento da ciência cidadã e do conhecimento multiuniversitário.

> Democratização, justiça informacional e erradicação das desigualdades

É indispensável subverter as assimetrias de informação e as relações desiguais de poder para impulsionar a ciência aberta e participativa. São necessários sistemas mais democráticos de governança dos processos de pesquisa aberta. Os Princípios *CARE* (Benefício coletivo, Autoridade para controlar, Responsabilidade, Ética) para Governança de Dados Indígenas oferecem uma estrutura conceitual para buscar reverter desequilíbrios históricos de poder nas práticas científicas que a comunidade acadêmica realiza com as comunidades. Ainda assim, são necessárias ações e incentivos específicos para sistemas de avaliação e financiamento, contextualizados no nível institucional de acordo com as necessidades das comunidades envolvidas.

As assimetrias globais na infraestrutura digital, as linguagens de circulação do conhecimento e o acúmulo de prestígio acadêmico têm um impacto decisivo nas condições de abertura da ciência em cada país e região. A partir dessa perspectiva, o diálogo entre o programa de Wallerstein e o projeto de ciência aberta está se tornando mais produtivo hoje. Continuar requer algumas reflexões ligadas à descolonização da ciência para desenhar políticas de ciência aberta para todo o Sul Global. Podemos até precisar imaginar novas formas de diplomacia acadêmica que reúna diversos atores do mundo científico, como associações profissionais nacionais, redes regionais, editoras, estudantes, bibliotecários, pesquisadores e organizações internacionais.

Abrir dados de pesquisa e torná-los livremente acessíveis para compartilhamento e reutilização é uma questão central da ciência aberta. Mas não garante as capacidades de interoperabilidade destes dados, nem assegura a apropriação social dos resultados ou a relevância que têm para uma determinada sociedade. A lógica atual do desenvolvimento científico está ligada a um sistema acadêmico global baseado em um modelo produtivo "*mainstream*" [dominante] que tem sido nocivo em todos os níveis. Muitas discussões são necessárias, derrubando crenças amplamente difundidas para avançar na comunidade acadêmica.

Pela sua especificidade, é fundamental analisar separadamente a abertura do conhecimento ancestral indígena, que foi objeto de profunda discussão durante a elaboração da Minuta da Recomendação de Ciência Aberta da UNESCO. A ideia de que isso pode implicar uma abertura compulsiva do conhecimento indígena foi criticada pelas comunidades nativas na consulta global convocada para esse fim e levou a mudanças substanciais e nova redação da Recomendação. Alguns estudos comprovam processos de extração de conhecimento tradicional indígena e sua mercantilização. A estévia é um caso paradigmático de contribuição cognitiva produzida por famílias Guarani paraguaias, localizadas na Cordilheira de Amambay, que descobriram a existência do Ka'a He'e e sua propriedade adoçante, o local onde encontrá-la e informações sobre seu cultivo. Sua expropriação e processamento sob regras e procedimentos estabelecidos pelas instituições científicas das metrópoles imperiais fizeram com que esse vegetal entrasse na racionalidade econômica capitalista favorecendo os processos de exploração. Ao abrir a ciência para outros sistemas de conhecimento, é fundamental reafirmar a Recomendação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e o direito autônomo e inalienável das comunidades indígenas sobre seus conhecimentos tradicionais.

Nesse sentido, a ancoragem local, nacional e regional das políticas de ciência coloca a soberania científica no centro das agendas públicas dos países não hegemônicos em diversas dimensões; por exemplo, a repatriação de dados extraídos por plataformas comerciais ou editoras, o governo autônomo do conhecimento indígena e a discussão da relevância social da ciência em um equilíbrio contextualizado entre critérios globais e padrões locais de pesquisa. Devemos reconhecer as assimetrias infraestruturais como uma peça crítica para aumentar a diversidade epistemológica. Da mesma forma, devemos gerar políticas para erradicar as desigualdades sociais nos processos de geração de conhecimento e as desigualdades de raça, etnia, deficiência ou gênero em sua circulação. Essas assimetrias são multiescalares, assim como as soluções que devemos encontrar para promover uma ciência aberta alinhada com a justiça social, cognitiva e informacional. ■

Contato com: Fernanda Beigel <fernandabeigel@gmail.com>
Twitter: @BeigelFernanda

1. Uma versão ampliada deste artigo em inglês será publicada brevemente na *Global Perspectives* (Número Especial "Ciências Sociais na América Latina").

> Um conceito do Sul para múltiplas sociologias

por **Mahmoud Dhaouadi**, Universidade de Tunis, Tunísia, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em História da Sociologia (RC08), Sociologia da Religião (RC22) e Linguagem e Sociedade (RC25)

"A influência sociocultural total" (*Total SocioCultural Influence / TSCI*), que é um conceito não utilizado pelas ciências sociais modernas, pode ser definida como um tipo de influência sociocultural que afeta todos os indivíduos da comunidade ou sociedade sem exceção. Ou seja, ninguém foge das normas da TSCI. Isso é contrário à ideia sociológica dominante de que o desvio das normas socioculturais é inevitável. E, de fato, existem inúmeras publicações e cursos universitários sobre desvio nos EUA. É contra nestse contexto de desvio obrigatório nas sociedades humanas que aqui analiso dois casos em que o desvio de algumas normas socioculturais não ocorre, o primeiro na sociedade tunisiana e o outro em todas as sociedades árabes muçulmanas. Como tal, meu conceito de *TSCI* pode ser visto como alinhado com os crescentes apelos atuais por "múltiplas sociologias" e "sociologia decolonial". Meu conceito de *TSCI* é o resultado de minhas observações dos dois fenômenos específicos a seguir.

> Proibição de manter animais fêmeas

Observações mostram que as pessoas no nordeste da Tunísia (nas cidades de Ras Djabel, Rafraf, Ghar El Melh, Sounine, El Alia e Meteline) estritamente não mantêm mulas, cavalos e burros fêmeas. Criar as fêmeas desses animais é considerado um grande escândalo social que não pode ser aceito segundo as normas da comunidade da região. Essa norma sociocultural profundamente enraizada e difundida entre os moradores dessas cidades os levou a evitar chamar itens inanimados por seus nomes femininos. Por exemplo, eles substituem a palavra feminina "*camionnette*" (van) pela palavra masculina "*camion*" (caminhão). O impacto dessas normas socioculturais no comportamento de todos os moradores da região é *total* e avassalador: todos os moradores mantêm apenas mulas, cavalos e burros machos.

Como eu disse, é escandaloso na cultura local criar as fêmeas desses animais, e mesmo a simples menção ou fala de fêmeas em público geralmente é respondida negativamente, com reações que variam de constrangimento à raiva violenta. A cultura local de recusar a criação de animais fêmeas torna os locais praticamente indiferentes às normas socioculturais existentes sobre este assunto no resto da Tunísia ou além.

Para explicar esse fenômeno, minha hipótese é que a terra nessa região não pode atender às necessidades de muitos animais, muito menos ao potencial aumento contínuo que poderia resultar da presença de fêmeas. No entanto, os moradores precisam de alguns animais para arar seus pequenos lotes de terra e carregar coisas quando faltam tratores, caminhões e carros. Nesse contexto, manter apenas animais machos tornou-se a melhor estratégia para satisfazer suas necessidades.

> Circuncisão de todo homem

O conceito de TSCI aplicado à manutenção de animais também pode ser aplicado de forma mais ampla ao mundo árabe muçulmano. Todos os muçulmanos da Tunísia praticam o costume da circuncisão de crianças do sexo masculino em todo o país. Ou seja, não há exceção entre as famílias tunisianas de todas as classes (classes baixa, média e alta). De fato, não há espaço para desvio da norma sociocultural da circuncisão.

> A perspectiva sociológica

Minha análise dos dois fenômenos revela semelhanças entre os dois. No primeiro caso, todos os residentes do nordeste da Tunísia se recusam a manter mulas, cavalos e burros fêmeas; na segunda, todos os muçulmanos tunisinos praticam e celebram a circuncisão masculina. Para o olhar sociológico, esses dois fenômenos sublinham a importância do valor da masculinidade na sociedade tunisiana em geral e para a comunidade do nordeste da Tunísia em particular.

A TSCI sobre comportamento aparece como um novo conceito que dificilmente pode ser encontrado na literatura sociológica ocidental contemporânea. O falecido Immanuel Wallerstein não pareceu reconhecer o conceito de TSCI explicado aqui quando escreveu em Sociology in America [Sociologia na América]: "podemos tomar *como certo que as normas da cultura de grupo (em todos os níveis) nunca são totalmente observadas por todos os membros do grupo*."

Sua afirmação não reflete as normas culturais da sociedade tunisiana e das sociedades árabes muçulmanas exemplificadas neste artigo. As potenciais diferenças culturais subjacentes entre as sociedades árabe muçulmana e ocidental são compatíveis com os apelos crescentes de hoje para a decolonização da sociologia e das múltiplas sociologias, como mencionado anteriormente. Portanto, o cientista social pode legitimamente perguntar: a TSCI pode ser aplicada a grupos e sociedades muçulmanas não árabes?

Independentemente da resposta a essa pergunta, entender e explicar a(s) causa(s) da poderosa TSCI descrita nos exemplos anteriores é de grande importância, principalmente para antropólogos e sociólogos. A resposta a esse quebra-cabeça requer pesquisa sobre os sistemas culturais e as estruturas sociais das sociedades humanas. Esses exemplos reforçam a credibilidade da hipótese principal deste artigo, enfatizando a inevitável TSCI no comportamento tunisiano e árabe. ■

Contato com Mahmoud Dhaouadi <m.thawad43@gmail.com>

> A sociologia latino-americana

e a crise da civilização contemporânea

Declaração da Assembleia Geral
Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)
XXXIII Congresso Latino-Americano de Sociologia

Ilustração feita pelo artista e cientista político brasileiro cientista político Ribs (https://twitter.com/o_ribs e https://www.instagram.com/o.ribs/) para o Observatório dos Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL-IESP/UERJ). Crédito: Ribs, 2021.

No contexto do atual caos global, a América Latina e o Caribe vivem uma tensão entre o avanço do projeto de sociedade dos setores dominantes e seus aliados internos, por um lado, e, por outro, as demandas de amplas camadas da população cujas vidas estão por um fio. O capitalismo está entrando em uma nova fase de acumulação baseada em formas renovadas de incorporação das sociedades periféricas ao mercado global. A rápida incorporação dos avanços tecnológicos na vida cotidiana e nos métodos de produção desempenha um papel importante nisso. Para nossas sociedades periféricas, isso implica a destruição dos mercados internos, pois eles se fraturam entre um setor moderno globalizado e grandes maiorias reduzidas a consumidores funcionais do sistema (cujas atividades econômicas estão localizadas em formas tradicionais de produção ainda existentes, em empre-

»

gos informais ou como trabalho de baixo nível no setor moderno).

Também enfrentamos um momento histórico de profunda crise civilizacional e sistêmica em que se destacam a emergência climática e ambiental, os retrocessos da democracia e dos direitos, a militarização dos territórios, as crises alimentar, energética, migratória e ético-política. Décadas de neoliberalismo desmantelaram os serviços públicos, e a doutrina também impregnou fortemente as consciências e subjetividades individuais e coletivas para além da economia. Ao mesmo tempo, nossas sociedades estão cada vez mais dilaceradas por profundas desigualdades que se tornaram ainda mais pronunciadas desde a pandemia da COVID-19.

> América Latina em uma nova encruzilhada histórica

Nesse cenário, nossa região se encontra na encruzilhada entre um projeto social, econômico e político que se inscreve no novo padrão de acumulação e a necessidade de construir novos projetos sociopolíticos que tentem enfrentar os desafios atuais de nosso tempo. Por um lado, as reconfigurações geopolíticas globais, o enfraquecimento do domínio dos Estados Unidos e o surgimento de outros polos de influência – especialmente a China – levam a novas pressões em nossa região na disputa pela hegemonia global. Por outro lado, emergiu a indignação e fortaleceram-se vigorosos movimentos políticos e sociais que aspiram a uma outra sociedade, com crescente centralidade do feminismo, do ambientalismo, dos interesses juvenis, do antirracismo e das agendas dos povos e comunidades indígenas. Assim, novas possibilidades e políticas de transição ecossocial baseadas em utopias concretas vão se configurando em protestos e disputas cotidianas nos territórios.

No entanto, a batalha entre essas forças antagônicas é um descompasso. Mesmo naqueles países onde a opção popular conseguiu avançar de forma mais significativa, chegando até mesmo aos governos nacionais, o projeto de poder continua hegemônico. Isso pode ser visto nos processos socioeconômicos e culturais, que continuam sendo guiados pelos padrões capitalistas e pela ideologia neoliberal, embora seus resultados tenham provado que são um fracasso, condenando a humanidade à catástrofe. Isso impõe limites e desafios às forças políticas populares, que ganharam força em meio a esperanças exageradas. Encontram-se, assim, no fogo cruzado entre as forças que não estão preparadas para ver diminuída a sua hegemonia e os setores que as apoiam, mas muitas vezes frustradas por não verem concretizadas as suas expectativas.

> O papel da sociologia latino-americana contemporânea

Conclui-se do exposto que estamos em um estágio sem precedentes, onde o destino da maioria da população de nossa região está em jogo. É da própria natureza da sociologia caracterizar este processo, estudar as suas consequências, prever a sua evolução futura e elaborar propostas. Como a situação é inédita, a sociologia latino-americana deve empreender um esforço epistemológico, teórico, metodológico e técnico com urgência e vigor. É o que a sociologia latino-americana tem feito ao longo de sua história. Devemos recordar, por exemplo, as inovações que marcaram a transição de um estilo ensaísta fecundo para a chamada sociologia científica, a superação desta última pela sociologia comprometida e a pesquisa-ação, o questionamento da teoria do desenvolvimento pela teoria da dependência e pela ecologia política, as inovações epistêmicas das teorias feministas, ou a proposta latino-americana de interpretação dos movimentos sociais que desafiavam as teorias hegemônicas do mundo ocidental. Cada uma dessas inovações, que poderíamos chamar de refundações, respondeu a mudanças sociais.

Neste ponto, é necessário identificar as mudanças práticas e teóricas que a sociologia precisa analisar e entender o complexo sistema global e regional. Devemos nos perguntar se há necessidade de reorganizar os grupos de trabalho da *ALAS* e a priorização temática de nossos debates centrais para contemplar problemas complexos relativos ao clima, à pobreza, aos modelos de desenvolvimento, aos movimentos sociais, às transformações culturais e identitárias ou à questão colonial.

A profunda mudança na sociedade latino-americana e caribenha que foi brevemente delineada neste documento estimula a sociologia latino-americana a se rejuvenescer e, ao mesmo tempo, resgatar todo o nosso legado crítico que, em muitos aspectos, acompanhou os setenta anos da *ALAS*. Precisamos inovar nossos olhares e abordagens para realizar a tarefa de compreender para transformar. Também devemos defender vigorosamente a sociologia, a universidade pública e os sociólogos de nossa região e do mundo que sofreram ameaças e represálias, prisões e até assassinatos. Somos solidários a todos eles e convocamos uma ação conjunta e internacionalista para fortalecer nossa disciplina e sua vocação transformadora.

Esta declaração evita referências a países ou a menção de nomes de autores, com apenas uma exceção: Pablo González Casanova, o grande sociólogo mexicano e ex-presidente da *ALAS*, a quem esta Assembleia presta homenagem, por ocasião do seu 100º aniversário, por sua vida exemplar como sociólogo comprometido com as causas mais nobres. Que sua carreira e obra sirvam de exemplo para as presentes e futuras gerações da América Latina e Caribe. ■

Cidade do México, 19 de agosto de 2022

> Brasil fraturado

por **Elísio Estanque**, Universidade de Coimbra, Portugal, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47), e **Agnaldo de Sousa Barbosa**, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Bandeira do Brasil pendurada entre roupas num bairro popular. Crédito: Charl Durand, Pexels.

As graves fraturas sociais no Brasil são bem conhecidas, mas no contexto recente de disputa eleitoral vale a pena considerar três dimensões que podem ajudar um leitor internacional a compreender as contradições e os desafios que o país enfrenta, que são ao mesmo tempo históricos, socioeconômicos, e políticos.

> A dimensão histórica

Mais de 500 anos depois das primeiras missões de evangelização, o impacto brutal do tráfico de escravos e do sistema colonial constituiu a gênese de uma elite brasileira cuja concepção imperial se estendeu aos próprios movimentos republicanos. Após a conquista da independência, o conturbado período do império (1882-1889) transformou-se num intenso conflito entre diferentes frações da elite, impossibilitando a concretização de um verdadeiro projeto nacional. A emergência da Primeira República foi apoiada pelos setores mais conservadores do corpo governante, ainda ressentidos com a abolição da escravatura (1889), deixando de fora as classes populares. Ao mesmo tempo, o fenômeno do "coronelismo", associado aos grandes latifundiários, fortaleceu uma tendência que determinaria a política brasileira até a virada promovida por Getúlio Vargas no século XX. Por sua vez, a nova burguesia industrial, que se expandiu a partir da década de 1920, incorporou o "status" explorador herdado dos antigos latifundiários e cafeicultores e preservou o ethos autoritário do "coronelismo". É verdade que após o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) o Brasil experimentou um surto de industrialização e urbanização que impulsionou a nação rumo ao progresso. No entanto, apesar do impulso desenvolvimentista de Getúlio em nome das novas elites empresariais, o militarismo continuou a determinar as ambições elitistas da classe dominante, culminando com o suicídio do presidente (1954) e posterior controle do poder pela força (1964).

> A dimensão socioeconômica

No plano socioeconômico, as décadas de 1970 e 80 colocaram os movimentos sociais na agenda política brasileira, incluindo o novo sindicalismo no qual Lula da Silva foi a figura central, abrindo caminho para o fim do regime militar. A dinâmica das ondas de rebelião tornou-se o motor que fortaleceu a democracia, juntamente com a agenda social que Lula da Silva colocaria em ação posteriormente. Ainda assim, o espectro de um triunfo "lulista" contribuiu para a vitória do oportunismo com Collor de Mello possibilitando a ascensão do Partido Social-Democrata Brasileiro (de centro-direita) e de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, após uma fase de governo muito bem-sucedida, no contexto do "Plano Real" (a reforma financeira que introduziu a nova moeda), seguiu-se uma estagnação econômica a partir do final da década de 1990, com elevada dívida externa e uma política tributária que beneficiava o capital financeiro, levando à instabilidade social, mais trabalho informal, baixos salários e aumento da desigualdade.

> A dimensão política

A dimensão política da sociedade brasileira contemporânea reflete uma divisão em que o campo político-eleitoral está praticamente dividido ao meio. Vale relembrar algumas nuances do sistema político brasileiro. As ideologias tendem a se diluir em um regime presidencialista, mas não nominal, ou seja, há uma chamada "coalizão presidencialista": uma regra não escrita em que a estabilidade presidencial depende em grande medida de acordos parlamentares. Nas palavras do professor Cicero Araujo, trata-se de uma espécie de "câmara invisível" que, desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso, "tornou-se informalmente um acesso paralelo ao poder do Estado, entrelaçado com todo o funcionamento do poder oficial. Isso inclui uma relação promíscua entre a representação política (em todos os níveis) e o poder econômico, especialmente aquele mais associado e dependente de recursos públicos". Além disso, a votação no Brasil envolve várias votações simultâneas, no caso das eleições gerais para Presidente, Congresso Federal, Governadores Estaduais, Congresso Estadual e Senado. Isso requer múltiplas negociações com barganhas e transações intermináveis nas cúpulas. Ou seja, é fácil manipular o processo, o que contribui para o descrédito dos partidos políticos e da própria democracia.

> Eleições demoníacas

As velhas divisões se refletiram no recente debate eleitoral. Na verdade, mais do que um "debate de ideias", tratava-se de uma disputa pela hegemonia eleitoral, com um olho nas táticas e coligações e outro nas pesquisas eleitorais. O antagonismo de interesses traduziu-se numa narrativa maniqueísta que exerceu pressão constante para demonizar o principal adversário. Assim, foi a imagem satânica de um inimigo, projetada de ambos os lados, que posicionou o ódio como fator decisivo na recente campanha. Diante da anulação da "terceira via" representada por Ciro Gomes e Simone Tebet (com apenas 7,2% no total no primeiro turno), Bolsonaro e Lula mobilizaram as bases e tentaram atrair os indecisos, acusando-se mutuamente de intenções demoníacas contra o Brasil como nação e seu povo. Como na Europa, o espectro do medo e do ressentimento são usados como armas eleitorais hoje em dia.

> Ódio e golpe evitados

Grandes interesses econômicos (especialmente do setor do agronegócio) com a ajuda da mídia, igrejas evangélicas e redes digitais (como o WhatsApp), têm sido impulsionados pela arraigada emoção antipetista, que se transformou no vernáculo do ódio (de classes) dirigido não apenas contra o Partido dos Trabalhadores e Lula da Silva, mas contra tudo o que se possa chamar de esquerdista, socialista, comunista, etc. A racionalidade das camadas médias e populares praticamente se esgotou em sua perplexidade diante do declínio econômico iminente rumo à miséria. Por isso, Bolsonaro tentou tomar medidas isoladas para conter o preço dos combustíveis (mesmo que isso significasse hipotecar serviços públicos estaduais), mas que se mostraram insuficientes. Por isso, Lula da Silva não demorou muito para falar sobre o futuro. Bastou para ele relembrar o sucesso de seus primeiros governos, quando os brasileiros – principalmente os pobres – viveram sua "década de ouro" no início do século XXI. A ameaça de golpe esteve latente por um longo período na fase pré-eleitoral, mas depois os principais órgãos do judiciário (especialmente o Tribunal Superior Eleitoral e seu presidente, Alexandre de Moraes) se colocaram como obstáculos ao golpe, conseguindo ofuscar os setores mais radicais das forças armadas.

> Bloqueios e normalização

Por fim, a forte tensão na sociedade brasileira foi revelada após a vitória de Lula da Silva, com o candidato derrotado não reconhecendo a derrota e permanecendo em silêncio por mais de dois dias após a divulgação dos resultados. A reação dos setores sociais mais radicais, com centenas de bloqueios nas principais rodovias e a destruição de prédios dos três poderes em Brasília no início da legislatura, revelou, por um lado, o ressentimento odioso contra o retorno de Lula à presidência em total desrespeito à democracia e, por outro lado, o novo desafio ao Sistema Judiciário que já havia sido desencadeado. Muitos formadores de opinião já chamam a atenção para as fortes evidências de ação criminosa estrategicamente ordenada a serviço de forças poderosas ligadas ao bolsonarismo. O fato do presidente em exercício ter se distanciado e apelado à desmobilização de caminhoneiros e manifestantes – ainda que tardia e pouco convincente – acalmou os ânimos mais exaltados, enquanto a nível institucional a preparação e o início da transição indicaram uma "normalização" que é esperada para abrir caminho a um novo ciclo promissor. Esta será uma tarefa hercúlea, mas não impossível. ■

Contato com:
Elísio Estanque <elisio.estanque@gmail.com> Twitter: @ElisioE
Agnaldo de Sousa Barbosa <agnaldo.barbosa@unesp.br>

> Irã: isso não é um protesto, isso é uma revolução

por **Vozes Iranianas**

Manifestação de rua em apoio a protestos iranianos com o slogan "MULHERES, VIDA, LIBERDADE", 2022. Crédito: Flickr.

Em 13 de setembro de 2022, Mahsa Amini, uma curda-iraniana de 22 anos de Saqqez, foi presa em Teerã pela chamada polícia da moralidade por causa de seu suposto traje inadequado. Amini morreu três dias depois no hospital, após entrar em coma devido ao que se acredita terem sido ferimentos causados por espancamento sob custódia.

A morte de Amini provocou uma nova onda de protestos em todo o Irã, que pede não apenas o fim da segregação de gênero, mas também a derrubada da República Islâmica. Por causa das muitas práticas ilícitas do regime iraniano e da traição dos reformistas, os manifestantes não acreditam mais nas reformas. Eles lutam por uma revolução.

> Ondas de protesto no Irã

Como parte do atual movimento de protesto, muitas meninas e mulheres tiraram seus lenços de cabeça e os queimaram em público em um sinal deliberado de resistência ao uso do véu imposto pelo Estado e ao controle sobre seus corpos. Embora as mulheres tenham desempenhado um papel ativo e integral nos protestos ao longo das últimas quatro décadas, a questão do gênero nunca esteve na agenda dos protestos em si – exceto nos protestos de 1979, quando as mulheres protestaram contra os planos do governo de uso obrigatório do véu por lei. A primeira reivindicação que as estudantes fizeram no atual movimento de protesto foi a abolição da segregação de gênero nos refeitórios das universidades.

Apesar da visibilidade das jovens protestando em público, o poderoso slogan "mulher, vida, liberdade" como mensagem central do protesto, dos símbolos dominantes de mulheres e gênero na produção cultural e artística de massa e da questão de gênero estar firmemente na agenda, os manifestantes e suas demandas são multifacetados e não se limitam a mulheres e gênero. Os protestos uniram, de forma única, iranianos de várias origens, sociais, étnicas, religiosas e geográficas, independentemente do gênero. Estudantes do sexo masculino, professores, médicos, comerciantes, trabalhadores ou doadores de sangue civis de todos os cantos geográficos do país se juntaram aos protestos e greves. Assim, temos assistido a um movimento social muito amplo.

A questão incômoda do véu é uma das muitas questões que a República Islâmica não conseguiu resolver desde 1979. Para defender sua identidade e caráter islâmicos, o estado manteve um controle rígido sobre questões como o uso obrigatório do véu e a segregação de gênero, e se encontra em um impasse, incapaz de fazer quaisquer ajustes conciliatórios ou mudanças legais – embora cerca de metade da população do Irã se oponha ao uso obrigatório do véu.

»

As muitas práticas ilícitas políticas, sociais e econômicas e os exemplos de má administração do regime aumentaram a insatisfação, a frustração e o desespero de muitos iranianos. Eles protestaram em 2017, 2018, 2019 e 2021 contra o desemprego, o aumento dos preços da gasolina, a má distribuição da água, a poluição do ar e a má gestão econômica, para citar alguns problemas. A morte de Mahsa Amini foi a gota d'água para os iranianos desiludidos.

Os manifestantes não reivindicam reformas ou consertos no sistema, nem acreditam mais em reformas. O período entre o final da década de 1990 e o Movimento Verde de 2009 testemunhou um discurso vibrante sobre mudanças na lei, reformas políticas e direitos das mulheres; mas com a repressão brutal, prisões, prisão domiciliar, tortura e confissões forçadas de muitos indivíduos reformistas, a era das reformas parou completamente.

> "Não temos mais medo, vamos lutar"

Em novembro de 2022, o chefe do Judiciário, Gholam Hossein Mohseni-Ejei, convidou os manifestantes para uma mesa para conversar dizendo: "Estou pronto. Vamos conversar. Se cometemos erros, podemos corrigi-los". Mas os protestantes iranianos descartaram seu esforço como mais uma tática de traição. Eles responderam com slogans como: "Isso não é um protesto, isso é uma revolução".

Os manifestantes chegaram a pedir o fim da República Islâmica. Eles cantam "Morte ao ditador" ou "Morte a Khamenei" e escrevem em paredes e faixas "Não temos mais medo, vamos lutar" para indicar seu destemor e determinação. Eles afirmam estar liderando uma revolução em formação. Muitos símbolos cruciais da República Islâmica foram destruídos ou incendiados. Isso inclui delegacias de polícia e estações da *Basij*, placas de rua como "Rua da República Islâmica" ou "Palestina", estátuas do fundador da República Islâmica Ruhollah Khomeini ou do comandante do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (*IRGC*), Qasem Soleimani, bem como faixas e fotografias de Khomeini e do atual líder religioso Ali Khamenei.

O regime iraniano foi surpreendentemente lento e hesitante em sua reação inicial nas primeiras três semanas. Isso pode ter ocorrido devido à Assembleia Geral da ONU que estava ocorrendo na cidade de Nova York no final de setembro ou ao silêncio e desaparecimento público de Khamenei.

Indicativo da natureza autoritária do regime, o estado empregou uma série de respostas ao longo do movimento de protesto. Isso incluiu desligar a internet; organizar amplas manifestações pró-regime; atirar contra multidões em protesto com balas de borracha e bolas de paintball; prender manifestantes e artistas; desacreditar a reputação dos manifestantes; destruir veículos de manifestantes buzinando em apoio aos protestos; denunciar a diáspora iraniana; culpar as potências estrangeiras pelos protestos; e deturpar fatos, slogans e eventos.

Embora funcionários do estado, como o membro do Conselho dos Guardiões e da Assembleia de Especialistas, Ahmad Khatami ou o comandante do *IRGC* do Irã, Hossein Salami, tenham ameaçado os iranianos protestantes com graves consequências, como execução, os protestos não diminuíram; nem mesmo quando os primeiros casos de tortura, estupro e execuções de prisioneiros se tornaram públicos.

Após esses primeiros meses de movimento de protesto no Irã, ainda é muito cedo para saber para onde os protestos estão indo. Resta saber se e quando a grande maioria dos iranianos silenciosos e ausentes e o clero dissidente se juntarão às manifestações. Enquanto isso, surge um (grupo de) líder(es) e os manifestantes começam a formar organizações e coalizões e a formular demandas específicas para o rescaldo de uma possível derrubada. Após o período inicial de visibilidade na comunidade internacional, os conflitos muitas vezes entram em uma dinâmica de rotinização e saem dos noticiários no resto do mundo. Resta saber se isso se repetirá e qual será a posição da comunidade internacional frente ao regime iraniano. ■

Contato com: editores da *Global Dialogue* <globaldialogue.isa@gmail.com>

ISA PUBLICATIONS

DIÁLOGO GLOBAL

ISA International Sociological Association

https://globaldialogue.isa-sociology.org/

@isagdmag

www.isa-sociology.org